



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

ANA ELIZABETH TINOCO DE SOUZA FERRAZ

**ENTRE A FÉ E A REPRESSÃO:
A Trajetória do Espiritismo em Pernambuco e os Confrontos com
a Igreja e o Estado Novo nos Anos 30**

RECIFE
2025

ANA ELIZABETH TINOCO DE SOUZA FERRAZ

**ENTRE A FÉ E A REPRESSÃO:
A Trajetória do Espiritismo em Pernambuco e os Confrontos com
a Igreja e o Estado Novo nos Anos 30**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Federal
de Pernambuco como requisito básico
para a conclusão do Curso de
Bacharelado em História.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Torres
Montenegro

Recife,
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferraz, Ana Elizabeth Tinoco de Souza .

Entre a Fé e a Repressão: A Trajetória do Espiritismo em Pernambuco e os Confrontos com a Igreja e o Estado Novo nos Anos 30 / Ana Elizabeth Tinoco de Souza Ferraz. - Recife, 2025.

73 p.

Orientador(a): Antonio Torres Montenegro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Espiritismo. 2. Pernambuco. 3. Conflitos Religiosos. 4. Igreja Católica. 5. Estado Novo. I. Montenegro, Antonio Torres . (Orientação). II. Título.

200 CDD (22.ed.)

ANA ELIZABETH TINOCO DE SOUZA FERRAZ

ENTRE A FÉ E A REPRESSÃO:

**A Trajetória do Espiritismo em Pernambuco e os Confrontos com a Igreja e o
Estado Novo nos Anos 30**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Federal de
Pernambuco como requisito básico para
a conclusão do Curso de Bacharelado
em História.

Aprovado em: 01/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Julião da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Lúcia, que sempre foi meu porto seguro e minha inspiração.
Aos meus filhos, Afonso Henrique e Luís Eduardo, que são minha maior motivação e razão de seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre foi e será minha base, minha fonte de felicidade e apoio incondicional.

Ao Professor Doutor Antonio Torres Montenegro, que desde os primeiros contatos me recebeu de forma acolhedora, demonstrando confiança na minha capacidade e oferecendo um apoio fundamental ao meu trabalho. Sua orientação foi decisiva para a conclusão desta pesquisa.

À Federação Espírita Pernambucana, pela disponibilidade em compartilhar documentos e informações essenciais para esta pesquisa.

Ao Arquivo Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife, pelo acesso ao acervo e pela colaboração, que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos amigos que conquistei ao longo da vida e que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis, dando apoio necessário para seguir em frente, mas também nos momentos de alegria, que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu mais sincero agradecimento.

“Fé inabalável só o é a que pode encarar de frente a razão, em todas as épocas da Humanidade.” (KARDEC, 2005, p. 256)

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória do movimento espírita em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, com destaque para os conflitos travados com a Igreja Católica e a repressão promovida pelo Estado Novo nos anos 1930. A pesquisa parte da apresentação do espiritismo enquanto doutrina codificada por Allan Kardec, abordando seus princípios fundamentais e a forma como essa nova visão de mundo se difundiu da Europa para o Brasil. Em seguida, o foco se volta para a chegada do espiritismo ao estado de Pernambuco e o surgimento dos primeiros grupos e instituições espíritas. A partir da análise de periódicos espíritas e católicos, além de outros documentos da época, o estudo investiga os embates religiosos e políticos que marcaram essa trajetória, revelando um ambiente de tensões, mas também de resistência e afirmação por parte do movimento. A pesquisa contribui para o entendimento das complexas relações entre espiritualidade, religião e poder, evidenciando como os conflitos religiosos refletiam não apenas disputas de crença, mas também de legitimidade, espaço e poder político no contexto da época.

Palavras-chave: Espiritismo; Pernambuco; Conflitos Religiosos; Igreja Católica; Estado Novo.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of the Spiritist movement in Pernambuco during the early decades of the 20th century, with particular emphasis on the conflicts with the Catholic Church and the repression promoted by the Estado Novo regime in the 1930s. The research begins by presenting Spiritism as a doctrine codified by Allan Kardec, outlining its fundamental principles and how this new worldview spread from Europe to Brazil. The focus then shifts to the arrival of Spiritism in the state of Pernambuco and the emergence of the first Spiritist groups and institutions. Through the analysis of Spiritist and Catholic periodicals, as well as other documents from the time, the study investigates the religious and political clashes that marked this trajectory, revealing an environment of tension, resistance, and affirmation on the part of the movement. This research contributes to the understanding of the complex relationships between spirituality, religion, and power, highlighting how religious conflicts reflected not only disputes of belief but also struggles for legitimacy, space, and political power within the society of that time.

Keywords: Spiritism; Pernambuco; Religious Conflicts; Catholic Church; Estado Novo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O ENTENDIMENTO DE ESPÍRITO E ESPIRITUALIDADE ANTES DE KARDEC	12
2.1 O Século das Luzes: Da Razão ao Espiritismo.....	18
2.2 Nasce o codificador do Espiritismo	21
2.3 Os Fenômenos de Hydesville: Ponto de Partida do Espiritismo Moderno.....	22
2.4 As Mesas Girantes: O Impulso de Kardec para o Espiritismo	23
2.5 A Doutrina Espírita – Princípios básicos	28
3 O ESPIRITISMO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO: EXPANSÃO, CONFLITOS E REPRESSÃO	33
3.1 As Primeiras Luzes do Espiritismo em Pernambuco.....	37
3.2 O Espírita Manoel Arão	42
3.3 A Igreja Católica e o Controle Espiritual.....	43
3.4 Conflitos entre Igreja e a Maçonaria em Pernambuco	46
3.5 O Espiritismo e o Código Penal de 1890	47
3.6 O Auto da Fé de Caruaru: A Igreja Católica e a Repressão ao Espiritismo em Pernambuco	50
3.7 A Restauração Católica em Pernambuco: A Carta Pastoral de 1916 como Estratégia de Reafirmação Religiosa	51
3.8 Controle Religioso e Repressão ao Espiritismo no Recife nos anos 1930	53
4 O ESPIRITISMO E O ESTIGMA DA LOUCURA.....	62
4.1 A Patologização do Espiritismo em Pernambuco	63
4.2 A Composição Religiosa em Pernambuco	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

O Espiritismo, codificado por Allan Kardec no século XIX, emergiu como uma doutrina que busca conciliar ciência, filosofia e moral, propondo uma nova compreensão da vida, da morte e da evolução espiritual. No Brasil, o Espiritismo encontrou um terreno fértil para sua expansão, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, quando as ideias kardecistas começaram a se difundir entre as elites intelectuais e as camadas populares. Em Pernambuco, sua trajetória foi marcada por tensões com a Igreja Católica e o Estado, especialmente durante os anos 1930, quando o autoritarismo do Estado Novo e a repressão institucional buscaram controlar práticas dissidentes.

Os espíritas reagiram com estratégias de resistência, como a fundação de centros espíritas, a publicação de periódicos e a realização de palestras e conferências para disseminar suas crenças e defender seus princípios. Dessa forma, conseguiram não apenas enfrentar as críticas e perseguições, mas também fortalecer o espiritismo e consolidá-lo em Pernambuco.

Este trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro, analisamos as raízes filosóficas e culturais que antecederam o espiritismo, desde as concepções de alma sobre a alma (de Platão a Descartes) até o Iluminismo e o magnetismo animal, contextualizando o surgimento da doutrina codificada por Allan Kardec.

No capítulo seguinte, analisamos a chegada do Espiritismo ao Brasil, sua adaptação ao contexto pernambucano, a influência da maçonaria e os primeiros conflitos com a Igreja Católica. Destacamos a atuação de Manoel Arão e o papel dos periódicos *A Cruz* e *O Guia* na difusão da doutrina. Examinamos a Carta Pastoral de 1916, de Dom Sebastião Leme, como tentativa de reafirmar a autoridade católica, além do impacto do Código Penal de 1890, que criminalizava práticas mediúnicas. Entre as respostas espíritas, como a criação da Federação Espírita Pernambucana (1914) e da Liga Espírita Suburbana (1938), criada para enfrentar o fechamento de centros nas periferias do Recife. Analisamos ainda os embates entre periódicos católicos e espíritas, que evidenciam os desafios enfrentados pelo movimento. Discutimos o auge da repressão no Estado Novo, quando a Igreja Católica, em aliança com o governo de Getúlio Vargas, intensificou ações contra as práticas espíritas classificadas como heréticas. No Recife, a Secretaria de Segurança Pública, sob Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, determinou o fechamento de centros e exigiu

exames psicológicos dos dirigentes. Periódicos como, *A Tribuna* e *A Gazeta* reforçavam o discurso católico, promovendo campanhas de recatolização. Por fim, examinamos a patologização do Espiritismo pela medicina e pela psiquiatria da época, com destaque para Ulysses Pernambucano, que associava tais práticas a distúrbios mentais.

A pesquisa se apoia em fontes primárias e secundárias para compreender os desafios e os conflitos enfrentados pelo espiritismo em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX. Para isso, foram utilizadas cartas pastorais, publicações da igreja católica, periódicos espíritas e católicos encontrados nos Arquivos Dom José Lamartine Soares Arquidiocese de Olinda e Recife e na Federação Espírita Pernambucana.

Destaque para produções acadêmicas sobre o espiritismo que ajudaram na elaboração desse trabalho. Os pesquisadores: Emerson Alessandro Giumbelli, que, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1995, intitulada: "*O cuidado dos mortos: discursos e intervenções sobre o espiritismo e a trajetória da Federação Espírita Brasileira (1890-1950)*", analisou a trajetória da Federação Espírita Brasileira e a história da condenação e legitimação do espiritismo no país. Outro estudo relevante é a dissertação de doutorado de Vera Lucia Borges Sá, intitulada: "*Religião e Poder: Introdução à História do Espiritismo em Pernambuco*" que se debruça sobre a história do espiritismo em Pernambuco entre 1904 e 1950, explorando como as sociedades espíritas foram fundadas e organizadas nesse período. Enquanto Rosilene Gomes Farias em sua dissertação de mestrado: "*Dom da cura: rastros de "curandeirismos" no Recife republicano (décadas de 1930 – 1940)*" examina as concepções sobre saúde e doença no espiritismo kardecista e no catimbó, concorrentes da medicina científica. Além disso, a descoberta do livro do professor Armando Souto Maior, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulado: "*Antes e Depois de Kardec*", trouxe uma contribuição valiosa para o entendimento da história do espiritismo no Brasil.

Este trabalho pretende fornecer subsídios para uma compreensão mais aprofundada das origens e dos rumos que o movimento espírita tomou em Pernambuco, suas relações com a Igreja Católica, e os desafios que enfrentou ao longo de sua trajetória.

2 O ENTENDIMENTO DE ESPÍRITO E ESPIRITUALIDADE ANTES DE KARDEC

Os fenômenos relacionados às revelações espirituais e à mediunidade são tão antigos quanto a própria humanidade, manifestando-se em diversas épocas e culturas. A história está repleta de exemplos dessa intercomunicação espiritual.

Conforme destacado por Maior (2006), entre os povos pré-históricos, o costume de enterrar os mortos com objetos simbólicos, como colares de conchas e armas, reflete uma intuição sobre a existência de algo além da vida física. De acordo com o autor, com o avanço das civilizações, essa espiritualidade se desenvolveu de forma mais estruturada, evidenciada nas práticas religiosas e místicas do Egito Antigo, da Grécia Clássica e de Roma, onde a necromancia, a adivinhação e as consultas a oráculos buscavam compreender os mistérios da vida e da morte.

A busca pela compreensão do mundo espiritual e da existência da alma não se limita às práticas religiosas e místicas. É possível considerar que ela também permeou o pensamento filosófico, especialmente entre os grandes pensadores da Grécia Antiga. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles refletiram profundamente sobre a natureza da alma e sua relação com o corpo.

Por exemplo, segundo Marinho Neto (2003), no diálogo “*Fédon*”, Platão narra o diálogo entre Sócrates e seus discípulos Símiias e Cebes, no cárcere, no seu último dia de vida, onde é possível entender que Sócrates considerava a alma como imortal, representando o verdadeiro “eu” de cada indivíduo e que após a morte, a alma se libertaria para alcançar um plano superior de existência. Esse entendimento encontramos nesse diálogo entre Sócrates com seu discípulo Cebes:

Se o reviver é um fato, terá de ser uma geração no sentido dos mortos para os vivos: a revivescência (...). Desse modo, ficamos também de acordo que tanto os vivos provêm dos mortos como os mortos dos vivos. Sendo assim, quer parecer-me que apresentamos um argumento bastante forte para afirmar que as almas dos mortos terão necessariamente de estar em alguma parte, de onde voltam a viver. (Platão, apud Marinho Neto, p.15, 2003).

O autor analisa que essa concepção de Sócrates, expressa no diálogo com Cebes, evidencia a crença de Platão na imortalidade da alma. A morte, nesse sentido, é vista como um processo de transição necessário para que a alma atinja a verdadeira liberdade e plenitude.

Já na análise de Franco (2021), a autora destaca que essa obra é fundamental para entender a visão platônica da alma, que não apenas persiste após a morte, mas também está conectada ao mundo das ideias. A autora menciona que a maiêutica socrática, uma técnica de ensino utilizada por Sócrates, é essencial para a compreensão dessa imortalidade, pois ajuda a extrair verdades através do diálogo e da reflexão. Além disso, ela aponta que os fundamentos da imortalidade da alma também podem ser encontrados em outras obras de Platão, como *Mênon*.

Explica a autora que em *Mênon*, a imortalidade da alma também é defendida por Sócrates. A discussão sobre a imortalidade da alma é exemplificada no diálogo entre Sócrates e Menon, onde Sócrates explica que a alma já existia antes de habitar o corpo, e o conhecimento que buscamos ao longo da vida é, na realidade, uma reminiscência de algo que a alma contemplou em existências anteriores. Um exemplo interessante dessa teoria é a demonstração realizada por Sócrates, em que ele conduz um escravo, que nunca estudou geometria, a "lembrar" e resolver um princípio geométrico, sem ter recebido instrução formal. Esse experimento sugere que o conhecimento já está presente na alma e que o papel do aprendizado é evocar esse saber latente por meio de questionamentos adequados.

Franco enfatiza que, no *Fédon*, a investigação sobre a alma é aprofundada, tornando-se uma obra dedicada a explorar essa temática. A autora sugere que Platão considera a alma não como uma entidade presa ao corpo material, sujeita à decadência, mas sim como uma essência que aspira a uma realidade superior, livre das limitações do mundo físico.

Um trecho relevante de *Fédon*, destacado pela autora que ilustra essa concepção da imortalidade da alma é o seguinte:

Dizem eles pois que a alma do homem é imortal, e que ora chega ao fim e eis aí o que se chama morrer, e ora nasce de novo, mas que ela não é jamais aniquilada. É preciso pois, por causa disso, viver da maneira mais pia possível. Sendo então a alma imortal e tendo nascido muitas vezes, e tendo visto tanto as coisas no Hades, enfim todas as coisas, não há o que não tenha aprendido; de modo que não é nada de admirar, tanto com respeito à virtude quanto ao demais, ser possível a ela rememorar aquelas coisas justamente que já antes conhecia. (Platão, apud Franco, 2021, p. 4).

Esse trecho reforça a ideia de que a alma, por ser imortal e já ter vivenciado diversas existências, possui todo o conhecimento, e o ato de aprender nada mais é do que um processo de recordação, demonstrando que, essa perspectiva platônica

sobre a imortalidade da alma, em ambas as obras (*Fédon* e *Mênon*), trata o corpo como uma prisão, e a verdadeira essência da alma é espiritual e separada do corpo. A alma tem uma natureza imortal e divina, e o corpo é uma fase temporária que termina com a morte, permitindo à alma retornar a um estado mais puro.

Aristóteles, por outro lado, em *De Anima*, não compartilha a visão platônica da imortalidade da alma como uma entidade separada do corpo. Silva (2016) explica que, para Aristóteles, a alma é o princípio que define a unidade e o ser de um corpo natural orgânico, ou seja, um corpo constituído por órgãos com funções fisiológicas capazes de vida em potência. A alma é responsável por transformar esse corpo em algo animado. Essa relação entre corpo e alma se dá pela concepção aristotélica de atualidade e potencialidade, em que a alma confere ao corpo a capacidade de movimento e repouso, além de coordenar suas funções vitais, como a nutrição.

Desse modo, com base na explicação da autora, observamos a importância acerca da alma para Aristóteles. Para ele, a alma é a forma do corpo e está profundamente ligada à matéria, onde afirma que a alma é o princípio vital de um ser, e sem o corpo, a alma não pode existir da mesma maneira que Platão sugere. Para Aristóteles, a alma era a causa da vida e estava profundamente conectada ao corpo. Segue a explicação de Aristóteles extraído do Livro II:

Assim, portanto, não é desprovido de evidência que a alma não é separável do corpo, ou algumas partes dela (se ela é naturalmente divisível em partes): pois, em alguns casos. A efetividade é das próprias partes nelas mesmas. Não obstante, entretanto, nada impede que sejam separáveis algumas partes, por não serem efetividade de nenhum corpo. (Aristóteles, 413a 3, p. 41, 1999).

Séculos depois, Santo Agostinho influenciado pelo neoplatonismo, defendia a espiritualidade de Deus e da alma, conforme destacado por Oliveira (2010), afirmando que a alma humana é criada diretamente por Deus e que a relação entre o espírito e o corpo reflete a natureza divina. O autor aborda o fato de que Santo Agostinho enfatizava a importância da alma no processo de ascensão em direção a Deus. Ele argumenta que, para conhecer a verdade suprema, que é Deus, é necessário primeiro entender a alma. A alma, por sua natureza imortal e capaz de conter verdades eternas, serve como porta de entrada para o conhecimento divino. Em contraste, o corpo, por ser perecível e contingente, não pode abranger a verdade perfeita.

Assim, segundo o autor, a compreensão da alma torna-se essencial para a busca de Deus e da verdade:

O que importa a Agostinho é possuir a Deus, poder vê-lo, ou seja, atingí-lo com os olhos da razão, conhecê-lo plenamente sem qualquer obstáculo. Para atingir este supremo fim o conhecimento da alma é apenas um meio, mas um meio indispensável. Mas por que o conhecimento da alma é a porta de entrada para o conhecimento de Deus e não o corpo? Porque em virtude de seu caráter perecível e contingente o corpo não pode conter perenemente em si a verdade perfeita e imperecível (no caso aqui, as verdades geométricas); somente a alma a contém. Daí a sua natureza imortal, e daí também ser possível, através do conhecimento da alma se alçar ao conhecimento de Deus. Pois ao conhecer a alma, se conhece a verdade que nela habita, e ao conhecer a verdade é possível se alçar à verdade suprema que é Deus e conhecê-lo. (Oliveira, 2010, p.23)

Já na modernidade a proposta dualista de René Descartes é analisada por Lima (2007), sob dois aspectos principais: a certeza da existência da alma e o problema da interação entre alma e corpo. O autor destaca que, após Descartes alcançar a certeza do "eu" como uma entidade pensante, ele fundamenta a existência da alma como indiscutivelmente indubitável, estabelecendo um ponto de partida para a metafísica, onde a alma é vista como a essência do ser humano, distinta e superior ao corpo físico. Nesse contexto, Descartes confere maior valor à razão e à reflexão interna como meios de acesso a verdades mais elevadas, subestimando a confiabilidade dos sentidos. Um ponto crucial na análise de Lima é a crítica à explicação proposta por Descartes para a interação entre a alma e o corpo. O autor menciona que Descartes postula a glândula pineal como a "ponte" entre as duas substâncias, mas essa explicação é considerada insatisfatória

No contexto da análise da interação entre alma e corpo, Lima destaca um importante trecho de Descartes que evidencia essa certeza:

É necessário também saber que, embora a alma esteja unida ao todo o corpo, não obstante há nele alguma parte em que ela exerce mais particularmente do que em todas as outras; e crê-se comumente que esta parte é o cérebro ou talvez o coração: o cérebro porque é com ele que se relacionam os órgãos dos sentidos; e o coração, porque é nele que parece sentirem-se as paixões. Mas, examinado o caso com cuidado, parece-me ter reconhecido com evidencia que parte do corpo em que a alma exerce imediatamente suas funções não é de modo algum o coração, nem o cérebro, mas somente a mais interior de suas partes, que é certa glândula muito pequena, situada no meio de sua substância. (Descartes, apud Lima, 2007, p.23).

Interessante perceber que, na literatura espírita, a glândula pineal, identificada por Descartes como o ponto de interação entre a alma e o corpo, é considerada o órgão responsável pelas faculdades mediúnicas, servindo como um canal de comunicação entre o espírito e o corpo físico.

Essas reflexões filosóficas sobre a natureza do espírito e da espiritualidade estabeleceram um terreno fértil para os debates que se intensificaram no século XIX com o surgimento do Espiritismo. Allan Kardec, ao reunir e sistematizar os ensinamentos dos Espíritos, apresentou respostas a muitas das questões levantadas por filósofos anteriores, especialmente no que tange à relação entre o espírito e o corpo, a imortalidade da alma, e o destino do espírito após a morte.

Para dar continuidade à discussão sobre a relação entre o corpo, o espírito e os fenômenos mediúnicos, é necessário destacar também os precursores das ideias espíritas que surgiram antes da codificação realizada por Allan Kardec. Conforme destaca Maior, entre esses precursores, o magnetismo animal e o sonambulismo desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da doutrina espírita. Ressalta o autor que, esses fenômenos, que envolvem a influência de forças invisíveis e a comunicação com o mundo espiritual, tiveram grande destaque no século XIX, com a figura de Franz Anton Mesmer e suas teorias sobre o fluido magnético. Segundo o autor, Anton Mesmer foi um médico alemão, conhecido por desenvolver a teoria do magnetismo animal, distinto do imã e da eletricidade, que acreditava que todos os seres vivos eram dotados de um fluido magnético que podia ser manipulado para curar doenças. Maior destaca que, os estudos de Anton Mesmer, lançaram as bases para o entendimento do magnetismo, que mais tarde seria explorado por Allan Kardec e outros pioneiros do Espiritismo.

Já Louis Alphonse Cahagnet foi um magnetizador francês, nascido em Caen, que teve grande relevância no contexto do magnetismo animal e no surgimento das ideias precursoras do Espiritismo. Ele é citado por Thiesen e Wantuil (1980) em suas pesquisas sobre Allan Kardec, especialmente por suas experiências com o sonambulismo. Cahagnet acreditava na capacidade de certos indivíduos, em estados alterados de consciência, de acessar informações ocultas e se comunicar com espíritos. Suas obras, como *Arcanes de la vie future dévoilés (Arcanos da Vida Futura Revelados)* publicado em 1847, descrevem essas experiências e mostram a ligação entre o magnetismo e as manifestações espirituais. No ano seguinte, foi criada a primeira Sociedade dos Magnetizadores Espiritualistas nos arredores de Versalhes.

Informa os autores que o tomo I dos “Arcanos” é uma coleção de relatos de comunicações com espíritos obtidos por meio do sonambulismo. Cahagnet buscava demonstrar a veracidade e a validade científica dessas interações espirituais, relatando diálogos com os espíritos sobre a vida no além, as condições da existência espiritual, e as experiências após a morte. Ele descreve, em detalhes, como os sonâmbulos acessavam informações ocultas ou desconhecidas, interpretadas como revelações de espíritos. Os autores destacam um trecho desta obra onde Cahagnet diz:

Esta obra vos oferecerá a prova de um mundo melhor que o nosso, onde vivereis após deixardes aqui o vosso corpo, e onde um Deus infinitamente bom vos recompensará em cêntuplo as aflições que vos eram proveitosas nesta terra de dor. E vou demonstrar que vossos pais e amigos ali vos esperam com impaciência, e que podeis, embora ainda sobre este globo, entrar em comunicação com eles, falar-lhes e deles obter as informações que julgardes necessárias. (Cahagnet, apud Thiesen; Wantuil, 1980, p.95).

A importância de Cahagnet e suas experiências com o sonambulismo e a comunicação com espíritos não pode ser dissociada de outro precursor fundamental do Espiritismo: Andrew Jackson Davis. Conhecido como o "Pai do Espiritualismo Moderno", o “Allan Kardec Americano” (Thiesen e Wantuil, 1980 p. 86).

Destacam os autores que Davis foi um visionário que, no século XIX, seus dons mediúnicos chamaram atenção de figuras ilustres como Edgar Allan Poe. Durante dois anos Davis, em transe inconsciente ditou um livro sobre os segredos da natureza intitulada, “*Os Princípios da Natureza*” (1847), onde apresenta uma visão abrangente sobre a natureza espiritual e o destino da alma, ao mesmo tempo em que integra conceitos como o magnetismo e a mediunidade. Informa os autores que Artur Conan Doyle a ele se referiu como “um dos livros mais profundos e originais de Filosofia” (Thiesen e Wantuil, 1980 p. 87).

Assim, ao abordar as diversas correntes filosóficas e espirituais que precederam Kardec, é possível perceber que a construção do entendimento sobre espírito e espiritualidade não ocorreu em um vácuo, mas sim em um contexto de diálogo e reflexão, onde a busca pelo conhecimento e pela verdade sempre esteve presente. Essa trajetória de pensamento preparou o terreno para a chegada do Espiritismo, que, ao reunir e sistematizar esses ensinamentos, trouxe respostas a muitas questões que haviam sido levantadas por seus antecessores propondo uma

visão mais ampla sobre a espiritualidade que vem a influenciar diretamente os fundamentos do Espiritismo.

2.1 O Século das Luzes: Da Razão ao Espiritismo

Conhecido como o século das Luzes ou Iluminismo, o século XVIII se distinguiu pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico. Abrangendo não apenas a filosofia, mas também as artes, especialmente a literatura, as ciências, a teoria política e a doutrina jurídica, caracteriza-se como um amplo movimento cultural. Refletindo o contexto político e social da época.

Sá (2001) destaca que, a França foi o berço dos princípios iluministas do século XVIII, difundindo mundialmente ideias políticas e sociais que promoviam as liberdades e garantias individuais. Os ideais iluministas defendiam a razão humana, emancipada da razão abstrata universal, impessoal e divina. A autora ressalta ainda que a Revolução Francesa foi a primeira a incorporar ao Direito a separação entre as funções da Igreja e o Estado, promovendo, em vez disso, uma solidariedade civil pautada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, ainda que sua aplicação prática não fosse plenamente rigorosa.

De acordo com Marcondes (2007), ao nos referirmos ao século XVIII como o Século das Luzes deixa claro que este foi um período no qual o objetivo principal era libertar o homem da obscuridade, da ignorância e da falta de conhecimento:

A própria noção de Iluminismo, Ilustração, ou ainda Esclarecimento, como o termo é por vezes traduzido, indica, através da metáfora da luz e da claridade, uma oposição às trevas, ao obscurantismo, à ignorância, à superstição, ou seja, à existência de algo oculto, enfatizando, ao contrário, a necessidade de o real, em todos os seus aspectos, tornar-se transparente à razão. O grande instrumento do Iluminismo é a consciência individual, autônoma em sua capacidade de conhecer o real(...)" (Marcondes, 2007, p.227).

Segue o autor, destacando as questões essenciais colocadas neste período que são: "por que o homem, dotado dessa luz natural, dessa capacidade racional de conhecer, não consegue pura e simplesmente obter o conhecimento do real necessário no mundo da melhor forma possível? O que o impede?" (Marcondes, 2007, p.228).

Immanuel Kant, um dos maiores filósofos desse período, questionou de maneira memorável em sua pergunta "O que é esclarecimento? (*Aufklärung?*) a

condição do homem no século XVIII, caracterizando-a como um estado de "menoridade". De acordo com Klein (2009), Kant afirma que tal conceito expressa a incapacidade do homem daquela época em utilizar plenamente seu entendimento. Segundo Kant, a menoridade intelectual é uma condição na qual o indivíduo se acomoda e evita pensar por si mesmo, delegando essa responsabilidade a terceiros. Klein destaca que, essa atitude decorre da preguiça e da covardia, elementos que impedem o esclarecimento e a autonomia do sujeito. Nas palavras de Kant:

É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que tem em minha vez consciência moral um médico que por mim decide a dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar (Kant, 1784, apud Klein, 2009, p. 213).

Maior, destaca que as linguagens de Kant em suas "críticas" foram absolvidas por um grupo seleto de estudiosos e que seus conceitos de moral antecipavam algumas das revelações que compõem o quadro doutrinário do espiritismo.

Kant em sua obra "*Crítica da Razão Prática*", publicada em 1788, aborda questões éticas e morais buscando fundamentar uma base para a moralidade a partir da razão. Diferentemente da "*Crítica da Razão Pura*", publicada em 1781, que se concentra no conhecimento, esta obra se dedica à moralidade e à ação ética.

A relação entre a obra de Immanuel Kant, especialmente a *Crítica da Razão Prática* (1959) e o surgimento do espiritismo não é direta, mas há uma conexão indireta. A obra aborda questões fundamentais como a imortalidade da alma e a existência de Deus, argumentando que tais crenças são necessárias para fundamentar a moralidade e a razão prática. A ênfase de Kant na autonomia moral e na importância de agir conforme o dever contribuiu para o pensamento ético da época, criando um ambiente intelectual que pode ter influenciado o desenvolvimento de várias correntes filosóficas e espirituais, incluindo o espiritismo. Embora Kant não tenha diretamente influenciado o espiritismo, suas ideias sobre moralidade e o papel da razão foram parte do contexto intelectual que moldou debates sobre ética e espiritualidade no século XIX.

De maneira simples, Kant explora como usamos a razão para decidir o que é certo e errado. Para ele, as ações morais devem ser guiadas por princípios que poderiam ser universalmente aplicados sem contradição. O imperativo categórico exige que as ações sejam realizadas de acordo com princípios que possam ser

considerados leis morais universais, onde esclarece:

A razão, da qual unicamente pode sair toda a regra que deva conter necessidade, inclui imediatamente também a necessidade nesse seu preceito (pois sem esta não seria imperativo); mas esta necessidade só está condicionada subjetivamente e não cabe supô-la em todos os objetos em grau idêntico. Contudo, para a sua lei se exige que só necessite supor-se ela si mesma, porque a regra é objetiva e universalmente verdadeira só quando vale sem as condições subjetivas, contingentes, que distinguem um ser natural de outro. (Kant, 1959, p. 44).

Interessante perceber que mesmo que as ideias kantianas sobre moral, imortalidade da alma e a existência de Deus, antecipavam algumas das revelações que compõem o quadro doutrinário do espiritismo, Kant, em sua obra “*Os Sonhos de um Visionário Explicados pelos Sonhos da Metafísica*” publicada em 1766, ironicamente critica a posição de Swendenborg acerca da sua ideia de espírito e começa por desmontar a falsa autoridade do conhecimento metafísico. Explica Sir Arthur Conan Doyle em sua obra “*História do Espiritismo*” escrito em 1926, que Emanuel Swedenborg foi um teólogo sueco do século XVIII, e que sua obra “*Arcana Coelestia*” abordava temas espirituais e teológicos, incluindo suas visões sobre o mundo espiritual, e de como essa relação do autor com os espíritos o leva a uma nova interpretação do Antigo Testamento.

Vale destacar que, enquanto as ideias iluministas enfatizavam a razão, a ciência e a crítica às estruturas tradicionais, Swedenborg focava em experiências místicas e comunicação direta com o divino. A obra do sueco Emanuel

Swedenborg foi divulgada ao público ao longo do período entre 1749 e 1756, rapidamente adquirindo uma aura de genialidade que desafiava as premissas fundamentais do Iluminismo. Destaca Sir Arthur Conan Doyle, que de fato, ela se transformou em uma espécie de instrumento crítico, contradizendo as teses iluministas e sendo utilizada como uma ferramenta de oposição às ideias predominantes da época.

O artigo *Kant: os sonhos de um visionário e o mundo dos espíritos*, de Gondim, Raposo Pereira e Tendai Chingore (2024), analisa a obra *Sonhos de um Visionário Explicados pelos Sonhos da Metafísica* (1766), de Immanuel Kant, destacando sua crítica à especulação metafísica e ao misticismo de Swedenborg. Os autores ressaltam que Kant busca delimitar os limites da razão humana, afirmando que conceitos como causa, efeito e substância não podem ser plenamente compreendidos pela razão, mas apenas derivados da experiência. Ainda segundo os autores, Kant explora a dualidade

entre o mundo sensível e o inteligível, enfatizando que a moralidade não depende de fundamentos metafísicos, mas de um sentimento intrínseco à natureza humana, influenciado por Rousseau.

Gondim, Raposo Pereira e Tendai Chingore (2024) também destacam que Kant, embora critique a metafísica tradicional, não a descarta completamente, mas propõe uma nova base para ela, fundamentada na moralidade. Os autores argumentam que, para Kant, a metafísica deve ser entendida como uma ciência dos limites da razão, capaz de questionar o que pode ser conhecido e o que está além da experiência. Embora Kant rejeite a possibilidade de conhecer o mundo espiritual, ele mantém a importância da moralidade como guia para a ação humana, independentemente de recompensas ou castigos pós-morte.

2.2 Nasce o codificador do Espiritismo

Em 1804, ano em que Kant veio a falecer, foi o ano, também, em que nasceu, na França, Allan Kardec, o codificador do espiritismo.

Esclarece Maior, que o Espiritismo não tem um Fundador, mas o conhecimento da humanidade sobre a espiritualidade, tem historicamente em Kardec o seu codificador.

Kardec nasceu em Lyon, em 3 de outubro de 1804, filho de uma tradicional família francesa de magistrados e batizado com o nome de Hippolyte Léon Denizard Rivail. Fez seus primeiros estudos, iniciados em Lyon e seguindo depois para Yverdon, na Suíça, a fim de estudar no Instituto do célebre professor Pestalozzi. Onde tornou-se o seu mais eminente discípulo.

Após concluir seus estudos em Yverdon, Rivail retorna à Paris, tornando-se um conceituado mestre não só em letras, como também em ciências, publicando diversas obras e tornando-se membro de várias sociedades científicas. Esclarece ainda o autor que, antes que o espiritismo lhe popularizasse seu pseudônimo Allan Kardec, o mestre Rival era um nome conhecido e respeitado.

Declara Sausse (2022) que Hippolyte Léon Denizard Rivail, quando retornou a Lyon, dedicou-se à tradução de obras didáticas para o alemão. Essa imersão no mundo acadêmico, conforme aponta Sausse, o impulsionou a fundar, em 1828, em parceria com sua esposa Amélie Gabrielle Boudet, um renomado estabelecimento de ensino. Nessa instituição, e posteriormente em sua residência na Rua de Sèvres, onde

oferecia palestras e cursos gratuitos em diversas áreas do conhecimento. Rivail, consolidou sua reputação como um grande educador. Reconhecido por suas contribuições para a educação, foi agraciado pela Academia Real de Arras com o Prêmio de Honra por um ensaio intitulado "*Qual é o Sistema de Estudo Mais em Harmonia com as Necessidades da Época?*". Publicou diversas obras educativas. Entre as obras publicadas, destacam-se Curso Teórico e Prático de Aritmética, Gramática Francesa Clássica, Catecismo Gramatical da Língua Francesa, além de programas ordinários de física, química, astronomia e fisiologia.

Sausse argumenta que, a pedagogia foi um elemento fundamental na vida e obra de Hippolyte Léon Denizard Rivail. Sua experiência como educador, marcada pela busca por métodos claros e sistemáticos de ensino, influenciou significativamente a forma como ele, anos mais tarde, já com o pseudônimo de Allan Kardec, organizou e apresentou os conhecimentos espíritas. Seus princípios pedagógicos, moldaram a estrutura da codificação espírita, refletindo sua busca por uma apresentação lógica e organizada das ideias.

2.3 Os Fenômenos de Hydesville: Ponto de Partida do Espiritismo Moderno

Os fenômenos de Hydesville, ocorridos em uma pequena cidade de Nova York em 1848, são considerados o ponto de partida para o surgimento do Espiritismo moderno. Estes eventos misteriosos, que envolviam batidas inexplicáveis, movimentos de objetos e mensagens aparentemente sobrenaturais, capturaram a atenção do mundo e desencadearam um movimento espiritual que se espalhou rapidamente por todo o globo.

Os autores Thiesen e Wantuil, tratam dessa questão no livro "*Allan Kardec – Pesquisa Bibliográfica e Ensaio de Interpretação*", publicado em 1980, onde relatam que tudo começou na aldeia de Hydesville, no condado de Wayne, perto de Nova Iorque. Misteriosas manifestações surgiam na residência de John Fox, que desafiavam as leis da física. Objetos repentinamente pareciam ter adquirido vida própria. Na noite de 25 de março de 1848, nas paredes do barracão da família Fox, que eram metodistas, pancadas tiravam o sossego da família, especialmente das irmãs Katherine de 9 anos; e Margaretta de 12 anos. As irmãs Fox.

Seguem relatando os autores que nas noites seguintes as pancadas se tornaram mais fortes. As irmãs começaram então a imitar as pancadas, tendo retorno igual. Estabelecendo assim, a comunicação dos vivos com os mortos.

E na noite do dia 31, várias perguntas foram feitas pela família Fox, bem como por alguns vizinhos que foram chamados e obtendo, através das pancadas respostas exatas às questões formuladas. O comunicador invisível fora um vendedor ambulante assassinado pelos antigos donos da casa para roubar-lhe o dinheiro quando uma noite pernoitou na casa. Seu corpo fora achado sepultado no porão da casa. Narram os autores que com o tempo, as pancadas foram associadas às letras do alfabeto, estabelecendo assim, respostas mais detalhadas.

2.4 As Mesas Girantes: O Impulso de Kardec para o Espiritismo

Os acontecimentos de Hydesville, abriu caminho para um mundo de novos fenômenos, como por exemplo, as “*mesas girantes ou dançantes*”, que se tornaram epidemia em todo o mundo.

De acordo com os autores Thiesen e Wantuil, no ano de 1853, toda a Europa tinha suas atenções voltadas para o fenômeno das “*mesas girantes*” que era tido como um passatempo nos salões em vários países e que quase ninguém aprofundava nos estudos dessas manifestações.

Sá (2001) explica que o fenômeno das “*mesas girantes*” consistia no movimento circular de uma mesa, supostamente provocado por espíritos em resposta à invocação feita por uma assembleia de assistentes. Esses participantes, movidos por curiosidade ou outras motivações, buscavam vivenciar a comunicação entre vivos e “mortos” por meio desse processo. Embora o efeito pudesse ser produzido por qualquer objeto, a maioria das experiências realizadas no século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, utilizava mesas, levando à consolidação do termo “*mesas girantes*” como denominação legítima.

Nesse sentido, ajudando a ampliar esse entendimento, argumenta Maior que desenhos da época retratavam os salões parisienses com senhoras e senhores respeitáveis reunidos em torno de mesas redondas com mãos espalmadas no intuito de fazê-las movimentar. Supunha-se que tais fenômenos era consequência de um fluido magnético, hipnotismo, ou do diabo, etc.

Segue o autor abordando o fato que, o professor Denizard Rivail (Kardec) antes de codificar a doutrina Espírita se interessava pelo magnetismo, onde tornou-se ativo nas pesquisas e trabalhos da Sociedade de Magnetismo em Paris, a mais importante da França. Para ele, o fluido magnético era uma espécie de eletricidade, podendo atuar em corpos inertes, fazendo com que eles se movam.

Em 1854, o professor Denizard Rivail, ouviu falar pela primeira vez nas “*mesas girantes*” através de um amigo “magnetizador” chamado Fortier. Para Kardec, aquilo era apenas um fenômeno magnético, não lhe atribuindo inteligência. Positivista que era, exigiu provas e passou a observar com mais atenção tais fenômenos, aplicando o método da experimentação. Sem utilizar teorias preconcebidas, observava atentamente os fenômenos, comparava e deduzia as consequências.

A partir de então, o professor Denizard Rivail, como um homem da ciência respondeu, conforme relatado pelos autores Thiesen e Wantuil:

Só acreditarei quando vir e quando me provarem que uma mesa tem cérebro para pensar, nervos para sentir e que possa tornar-se sonâmbula. Até lá, permita que eu não veja no caso mais do que um conto da carochinha” (Thiesen; Wantuil, 1980, p.62).

Conforme argumenta Maior, em maio de 1854, o professor Denizard Rivail fora assistir, como convidado, para uma reunião na casa da Sra. Plainemaison e assistiu uma mesa que girava e que respondia, por meio de pancadas, respostas inteligentes.

Para o autor, o fato é que o professor Denizard Rivail logo percebeu novos princípios das Leis Naturais que governam as relações entre o mundo visível e o invisível. Reconheceu, na ação do mundo invisível, uma força da Natureza cujo conhecimento poderia esclarecer muitos problemas até então considerados insolúveis e entendeu seu impacto do ponto de vista religioso.

O autor relata ainda que, Rivail continuou por um tempo frequentando a casa da Sra. Plainemaison, onde efetuou observações cuidadosas, repetiu experiências, até encontrar um ambiente ideal para prosseguir com seus experimentos, a casa da Sra. Baudin. Lá, Rivail obteve repetidas comunicações onde conseguiu reunir em 50 cadernos informações transmitidas pela espiritualidade. Afirma o autor que ali, fora começado e feito em grande parte “O Livro dos Espíritos”.

Explica Maior que, o professor Denizard Rival, pode concluir, diante de fatos de numerosas manifestações, a existência de espíritos, de almas daqueles que partiram. Em 18 de abril de 1857, foi publicado "O Livro dos Espíritos", sob o pseudônimo de

Allan Kardec. Este nome foi escolhido por um de seus guias espirituais, que, ao ser questionado, revelou que esse era o nome que Kardec havia usado em uma de suas encarnações passadas, quando vivia entre os druidas na Gália.

“*O Livro dos Espíritos*” obteve um sucesso estrondoso, tanto na França quanto nas Américas. De acordo com Maior, o impacto na França foi especialmente significativo. Kardec atribuía o mérito da obra aos espíritos, afirmando ter apenas organizado as informações recebidas.

Os autores Thiesen e Wantuil destacam um trecho relevante da obra "Obras Póstumas", de Allan Kardec, no qual ele demonstra seu interesse pelo estudo dos fenômenos espíritas, aplicando a esses estudos o rigor do método experimental, conforme destacamos:

Foi nessas reuniões que comecei os meus estudos sérios de espiritismo, menos, ainda, por meio de revelações, do que de observações. Apliquei a essa nova ciência, como o fizera até então, o método experimental; nunca elaborei teorias preconcebidas; observava cuidadosamente, comparava, deduzia consequências; dos efeitos procurava remontar às causas, por dedução e pelo encadeamento lógico dos fatos, não admitindo por válida uma explicação, senão quando resolvia todas as dificuldades da questão. Foi assim que procedi sempre me meus trabalhos anteriores, desde a idade de 15 a 16 anos. Compreendi, antes de tudo, a gravidade da exploração que ia empreender; percebi naqueles fenômenos, a chave do problema obscuro e tão controvertido do passado e do futuro da humanidade, a solução que eu procurara em toda a minha vida. Era, em suma, toda uma revolução das ideias e nas crenças; fazia-se mister, portanto, andar com a maior circunspeção e não levemente; ser positivista e não idealista, para não me deixar iludir. (Thiesen; Wantuil, 1980, p.125)

Destaca Guimbelli (1995), que em 1857, foi publicado “*O Livro dos Espíritos*”, que compila as comunicações espirituais estudadas por Kardec, organizadas em perguntas e respostas. Com um estilo similar a um “catecismo comentado”, a obra reflete o *ethos* pedagógico de Kardec. Ela serve tanto como uma demonstração objetiva e verificável da existência de “entidades espirituais” quanto como um compêndio dos ensinamentos de “espíritos elevados e puros”.

Para o autor, o livro não se limita a demonstrar a existência de espíritos, mas também expõe um conjunto de ensinamentos morais e filosóficos sobre a vida, a morte, a reencarnação e o destino da humanidade. Analisa o autor, que a obra ao mesmo tempo em que reflete o contexto histórico e cultural de sua época, continua a ser um referencial importante para os estudos espíritas, suscitando debates e análises sobre a natureza da espiritualidade, a relação entre o homem e o universo e a busca

por um significado mais profundo para a existência.

Guimbeli observa, que a explicação de Kardec para os fenômenos que intrigavam os salões europeus não era nem única nem inteiramente original. Em 1854, uma comissão da Academia de Ciências, liderada por Chevreul e Faraday, já havia emitido um parecer desfavorável, atribuindo tais fenômenos a fraudes e movimentos inconscientes dos médiuns.

Ressalta o autor que, entre os que aceitavam a autenticidade dos fenômenos, as explicações variavam desde a ação de energias humanas até, como Kardec, a intervenção de entidades inteligentes e incorpóreas. No entanto, na França, foi “O Livro dos Espíritos” que atraiu a maior parte das atenções, conquistando tanto defensores quanto críticos fervorosos.

O autor esclarece que, em 1858, Allan Kardec, juntamente com alguns amigos, lançou a “Revista Espírita” (Revue Spirite). Posteriormente, foi criada a “Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas” (Société Parisienne des Études Spiritistes), dedicada ao recebimento e ao estudo de intervenções espirituais. A “Revista Espírita” rapidamente se tornou uma referência para os simpatizantes das ideias contidas no “Livro dos Espíritos”, entre os quais se destacam o escritor Victor Hugo e o astrônomo Camille Flammarion.

O Brasil conheceu esse fenômeno, que envolvia a movimentação de mesas durante sessões mediúnicas, graças ao interesse de intelectuais, membros da classe média e alta, que estavam em contato com as ideias espirituais europeias.

As “*mesas girantes*” desempenharam um papel crucial tanto nos estudos iniciais quanto na posterior disseminação do Espiritismo. No Brasil, teve a imprensa como grande divulgadora, conforme nos conta Sá:

Sobre as mesas girantes no Brasil, não podemos esquecer o papel da imprensa no século XIX, transmitindo notícias provenientes da Europa, sobre o fenômeno, nos jornais brasileiros mais conhecidos. A imensa repercussão do assunto aconteceu no Rio de Janeiro. Também aí, grupos se interessaram em comprovar tais fenômenos, mais por curiosidade que por interesse científico. (Sá, 2001, p.110).

Wantuil (1958) destaca que o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a receber notícias sobre as “*mesas girantes*”, um fenômeno mediúnico popular na Europa que chegou ao país principalmente através da imprensa, como o “Jornal do Comércio” e o “Diário de Pernambuco”. Essas notícias despertaram grande curiosidade, levando à formação de grupos na capital do Império brasileiro para

verificar a autenticidade dos fenômenos. Embora o interesse inicial fosse predominantemente curioso, o fenômeno das mesas girantes marcou o dainrodução do Espiritismo no Brasil, refletindo a influência europeia e a transição do movimento de um fenômeno popular para um estudo mais sério.

O autor traz uma interessante informação, onde destaca a importância histórica do Diário de Pernambuco, fundado em 1825, como o mais antigo jornal em circulação na América Latina, e seu papel pioneiro na divulgação de informações sobre o fenômeno das mesas girantes no Brasil. Publicado em 2 de julho de 1853, o jornal trouxe ao público de Recife, notícias que estavam atraindo a curiosidade geral na Europa, especialmente em Paris. Informa o autor que, o correspondente do jornal na época, descreve como a prática das mesas girantes se tornara uma moda nos salões parisienses, onde as pessoas, com os dedos apoiados uns nos outros, aguardavam em silêncio que a mesa se movesse. A notícia também relata o desconforto da Academia de Ciências em admitir a veracidade desses fenômenos, por considerá-los contrários às leis da física, embora reconhecesse que o fato revelava a ignorância humana sobre certas relações entre o ser animado e a matéria inanimada.

Encontramos o Diário de Pernambuco digitalizado pela Universidade da Flórida (*University of Florida*) e muito dos seus exemplares podem ser acessados no site da Universidade na seção “*Digital Collections*”. Eis um trecho da notícia, citada pelo autor e retirada da página digitalizada do Diário de Pernambuco de 2 de julho de 1853, p. 2:

Apesar das preocupações políticas, um fato bizarro, e que talvez não lhe seja desconhecido, atrai neste momento a curiosidade do público. Refiro-me ao fenômeno das tábuas rolantes (*tables tournantes*). Esta descoberta bizarra veio da América do Norte, porém logo se aclimatou na França, onde está deixando todos intrigados. No momento em que lhe escrevo, não se pode entrar em um salão sem ver toda a sociedade ao redor de uma mesa redonda, com cada pessoa apoiando o dedo mínimo no vizinho e esperando em silêncio que a tábua comece a girar (...). Nossa Academia de Ciências está embaraçada; ela não quer admitir um resultado contrário às leis da física, mas, entretanto, é um fato. E se isso prova algo, certamente é a nossa ignorância sobre certas relações entre o ser animado e a matéria bruta.

Wantuil menciona também uma reportagem do Diário de Pernambuco de 14 de julho de 1853, na qual o Dr. Sabino Pinho, renomado médico homeopata em Pernambuco, relata os resultados positivos de uma experiência com *mesas girantes* realizada em sua residência. O Dr. Pinho estava acompanhado de vários amigos notáveis da época, incluindo o General José Ignácio de Abreu e Lima.

Constatamos a referida notícia publicada no Diário de Pernambuco, através dos arquivos digitalizados do jornal na Universidade da Flórida. O artigo é longo, sendo publicado na seção “Comunicados” sob o título “Magnetismo”, do dia 14 de julho de 1853, p.2 , que expõe o seguinte:

(...) A noite quisemos levar mais adiante o nosso passatempo. Lançamos mão de uma mesa de amarelo envernizada, quadrangular e de três pés; duas senhoras e um homem puseram levemente os dedos um pouco curvados de ambas as mãos sobre a mesa, colocando cada qual o dedo mínimo da direita sobre o esquerdo da pessoa que lhe ficava a direita, e o dedo mínimo da esquerda por baixo do da direita da pessoa que lhe ficava a esquerda; poucos minutos se fez esperar o movimento da mesa, o qual foi mais apressado do que o de prato e do chapéu. De todas estas experiências colhemos uma observação: que o movimento sempre principiava da direita para a esquerda, qualquer que fosse o modo da colocação dos dedos

Segundo Wantuil (1958, p. 98), "A novidade das 'mesas girantes' rapidamente se espalhou por outras cidades importantes do Brasil, e em pouco tempo não havia ninguém que não tivesse conhecimento, pelo menos de ouvido, do estranho fenômeno giratório".

2.5 A Doutrina Espírita – Princípios básicos

Afirma Farias (2015), que Kardec estruturou sua doutrina a partir de fundamentos científico do século XIX, integrando pressupostos como a existência de Deus, a imortalidade da alma, a reencarnação, a pluralidade dos mundos e a manifestação física dos espíritos. Essa abordagem permitiu que o espiritismo incorporasse princípios iluministas, tais como a racionalidade, a secularização e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, elevando a pedagogia como instrumento de progresso moral. Ademais, segundo a autora, a doutrina estimula a investigação científica de fenômenos parcialmente explicados, conciliando o rigor do racionalismo com a crença na evolução espiritual rumo à perfeição, expressa na ideia do espírito de luz.

Mas o que é o Espiritismo? É certo afirmar que a busca por respostas sobre a vida, a morte e o propósito da existência humana são inerentes ao ser humano. Ao longo da história, diversas filosofias e religiões tentaram responder a essas questões. No século XIX, o Espiritismo, codificado por Allan Kardec, surge como uma proposta para compreender a realidade e o lugar do homem no universo.

Kardec atribui à Doutrina Espírita três aspectos: O filosófico, o espiritismo, propõe uma investigação racional sobre a natureza humana, a existência de Deus, o problema do mal e o destino da alma após a morte. O científico, procura demonstrar experimentalmente a existência da alma e sua imortalidade, através da comunicação entre os que vivem na terra, com os mortos. Essa abordagem, embora controversa, busca conciliar a fé com a razão e oferecer explicações para fenômenos ainda não compreendidos pela ciência tradicional. No religioso, apresenta um conjunto de princípios morais e espirituais que guiam a vida dos seus adeptos. Não possuindo dogmas, rituais, hierarquias eclesiásticas ou cultos, diferenciando-se de religiões tradicionais.

Essa ideia é definida por Allan Kardec em seu livro “*O que é o Espiritismo?*” (1995):

O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações. (Kardec, 1995, p.12).

“O Espiritismo é uma ciência que trata da natureza, origem e destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal. (Kardec, 1995, Preâmbulo. p. 12)”.

Seguindo essa ideia, o Espiritismo seria essencialmente uma filosofia com bases científicas e implicações morais, não se constituindo numa religião segundo a concepção usual da palavra.

No livro “*Obras Póstumas*”, lançado em 1890, Kardec traz essa definição:

O Espiritismo é uma doutrina filosófica de efeitos religiosos, como qualquer filosofia espiritualista, pelo que forçosamente vai ter às bases fundamentais de todas as religiões: Deus, a alma e a vida futura. Mas, não é uma religião constituída, visto que não tem culto, nem rito, nem templos e que, entre seus adeptos, nenhum tomou, nem recebeu o título de sacerdote ou de sumo-sacerdote. Estes qualificativos são de pura invenção da crítica. (Kardec, 2005, p.260).

No livro *O que é o Espiritismo?* Allan Kardec aborda a evolução do entendimento dos fenômenos espíritas ao longo da história, destacando que o que é novo no Espiritismo moderno não são os fenômenos em si, mas a explicação lógica e racional que se desenvolveu acerca deles. Kardec argumenta que, na antiguidade, o

conhecimento sobre a existência de espíritos e os fenômenos associados era restrito a castas privilegiadas, cujos membros detinham o monopólio do saber e o compartilhavam apenas entre os iniciados. No entanto, com o avanço do Espiritismo, esses estudos se democratizaram e passaram a ser acessíveis a todos, sem risco de perseguição. Kardec também destaca que a doutrina espírita, embora organizada de maneira mais sistemática em tempos modernos, tem raízes antigas, encontrando precedentes em fragmentos filosóficos de civilizações como a Índia, o Egito, a Grécia e até nos ensinamentos de Jesus Cristo.

As obras básicas do Espiritismo, codificadas por Allan Kardec, apresentam de forma completa os princípios e fundamentos dessa doutrina, baseados nos ensinamentos dos espíritos. Esses livros constituem a base para o estudo e a prática espírita.

Analisando o conteúdo, dos cinco livros que integram a Codificação Espírita, compreende os seguintes assuntos:

“*O Livro dos Espíritos*” é considerado o marco da Doutrina Espírita, sendo lançado em Paris, em 18 de abril de 1857. Nele, Kardec apresenta os princípios fundamentais do Espiritismo através de perguntas e respostas. Trata da imortalidade da alma, da natureza dos espíritos e de suas relações com os homens, das leis morais, da vida presente, da vida futura e do porvir da humanidade.

“*O Livro dos Médiuns*,” este, foi lançado também em Paris, em janeiro de 1861, e contém o ensino especial dos espíritos sobre a teoria das manifestações, abordando os diferentes tipos de médiuns, os meios de comunicação com o mundo invisível, as dificuldades e os tropeços que se pode encontrar na prática do Espiritismo.

“*O Evangelho Segundo o Espiritismo*”, analisa os ensinamentos de Jesus à luz do Espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias da vida. Sendo lançado em Paris, em abril de 1864.

“*O Céu e o Inferno*,” foi lançado em Paris, em 1865, apresenta as diferenças sobre as diferentes condições espirituais após a morte, sobre as penalidades e recompensas futuras, sobre anjos e demônios, sobre as penas, desvendando os conceitos de céu, inferno e purgatório à luz da doutrina espírita.

“*A Gênese*”, Lançado em Paris, em janeiro de 1868, essa obra encerra a Codificação Espírita. Kardec, busca conciliar os conhecimentos científicos da época com os preceitos religiosos, oferecendo uma explicação espírita para a origem do Universo, a evolução do homem e a ocorrência dos milagres.

"*Obras Póstumas*" foi publicada em 1890, três anos após a morte de Allan Kardec. Trata-se de uma compilação de escritos inéditos do autor, incluindo artigos, ensaios e comunicações mediúnicas que não haviam sido divulgados até então. A obra é dividida em duas partes: a primeira aborda reflexões e considerações de Kardec sobre temas diversos; já a segunda apresenta um resumo abrangente do processo de codificação do espiritismo, desenvolvido por ele ao longo de sua vida.

Antes de falecer, em 1869, Allan Kardec realizou uma série de viagens pelo interior da França, com o objetivo de divulgar o Espiritismo e orientar a formação de "sociedades de estudos". Naquele momento, sua doutrina já contava com cerca de 500 mil adeptos apenas na França. Contudo, o movimento espírita enfrentou forte oposição por parte da Igreja Católica. Conforme destacado por Giumbeli, a Igreja, apoiada em um movimento de reforço de seus adeptos hierárquicos, incluiu em 1864 todas as obras espíritas no *Index Librorum Prohibitorum* (ou *Index*), uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Ao incluir as obras de Kardec no *Index*, a Igreja buscava conter o avanço do Espiritismo e impedir sua propagação, numa tentativa de deslegitimar a doutrina que, naquele momento, ganhava cada vez mais seguidores. Para a Igreja a fenomenologia espírita era provocada por demônios e por isso tinha que ser combatida. Em 1861, no episódio conhecido como o "auto da fé de Barcelona" várias obras espíritas foram queimadas em praça pública na Espanha.

De acordo com Giumbeli, o aumento do número de adeptos do Espiritismo na França gerou uma multiplicidade de opiniões tanto na imprensa quanto nos meios religiosos, intelectuais e científicos. Esse fenômeno, que se expandiu para além da França, também alcançou outros países europeus e os Estados Unidos, onde os fenômenos espíritas foram objeto de contínua investigação e discussão. Enquanto alguns estudiosos validavam esses fenômenos, outros os desacreditavam, considerando-os fraudes, conscientes ou não, de seus protagonistas.

Para isso, Kardec estabeleceu um debate intenso a fim de combater as acusações de fraude, buscando sistematizar os fenômenos mediúnicos e proporcionar uma compreensão racional e criteriosa dessas manifestações. Com a publicação de "*O Livro dos Médiuns*", em 1861, ele ofereceu uma base teórica e prática para o estudo da mediunidade, orientando os médiuns e interessados na doutrina espírita. O objetivo central de Kardec com essa obra era legitimar o espiritismo como uma ciência experimental, apresentando métodos de investigação e controle das manifestações espirituais, a fim de evitar erros, superstições e

mistificações. Ao fornecer diretrizes claras sobre como estudar e praticar a mediunidade, Kardec pretendia dar credibilidade à doutrina e proporcionar aos espíritas as ferramentas necessárias para uma prática segura e responsável, garantindo, assim, a seriedade do movimento espírita frente às críticas e desconfianças.

Mas o que seria “médium” e “mediunidade” no Espiritismo? Segundo Allan Kardec, em *O Livro dos Médiuns*, o termo **médium** se refere a uma pessoa que possui a capacidade de servir de intermediário entre o mundo dos espíritos e o mundo material. Em suas palavras, "toda pessoa que sente, em qualquer grau, a influência dos Espíritos é, por esse fato, médium" (Kardec, 2013, p.171).

No entanto, ele ressalta que essa faculdade se manifesta de maneiras diversas, variando em intensidade e tipo, e não é exclusiva de certas pessoas, sendo mais ou menos desenvolvida em cada indivíduo.

Já a **mediunidade** é a capacidade ou faculdade natural que permite a comunicação entre os seres humanos e os espíritos. Para Kardec, a mediunidade não deve ser vista como um dom sobrenatural, mas como uma faculdade inerente a todos os seres humanos, que pode ser desenvolvida e aperfeiçoada.

O autor Souto Maior destaca a importância desta obra escrita por Allan Kardec, como um guia prático para a *mediunidade*, mas que também carrega uma profunda tese filosófica em suas páginas. Maior argumenta, que essa combinação de aspectos práticos e filosóficos é essencial, especialmente considerando que muitas pessoas se tornam materialistas por falta de conhecimento. Ele menciona que, entre esses materialistas, estão aqueles que Kardec descreveu, com um toque de humor, como "incrédulos de má vontade" — pessoas que rejeitam o espiritismo porque sua evidência perturba o conforto que encontram nos prazeres materiais.

Em outras palavras, o autor realça a abrangência da obra, que vai além de um simples manual prático, oferecendo uma base teórica sólida e orientações para evitar desvios e práticas enganosas na mediunidade.

3 O ESPIRITISMO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO: EXPANSÃO, CONFLITOS E REPRESSÃO

Sá, aborda o fato de que o Espiritismo chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX, conquistando seguidores, especialmente nas classes médias e altas, ligadas à literatura, artes e maçonaria. No entanto, as obras essenciais de Kardec estavam disponíveis apenas em francês, o que restringia o acesso das classes populares e limitava sua propagação.

Farias, explora a chegada do espiritismo kardecista ao Brasil, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, em um momento de forte abertura para as ideias e costumes vindos da Europa, especialmente da França. Essas influências impactaram as artes, a política e os modos de vida das elites brasileiras. "*O Livro dos Espíritos*", foi trazido por viajantes e imigrantes franceses. Na Corte do Rio de Janeiro, intelectuais brasileiros e franceses começaram a estudar essa doutrina, que, naquela época, só estava disponível em francês. Influenciada pelas ideias liberais da época, a doutrina conquistou adeptos que defendiam causas progressistas, como a abolição da escravidão, a proclamação da República e uma religião mais laica.

Maior explica que, a trajetória do espiritismo no Brasil sempre foi fragmentada. Em um país onde a Igreja Católica exerce forte influência religiosa, os eventos, fatos e figuras ligados ao espiritismo foram frequentemente marginalizados, sendo vistos pela Igreja como um conhecimento sem valor, pois os adeptos do espiritismo eram considerados uma minoria focada em práticas visionárias. A esse fato, esclarece ainda o autor:

No século XX, os intelectuais brasileiros que tiveram acesso ao "Livro dos Espíritos" eram, naturalmente, egressos do catolicismo dominante, ou pelo menos, possuíam como referência religiosa o tradicionalismo católico. Sendo religião do Estado, ser católico equivalia a um atestado de bom comportamento social, numa sociedade conservadora (Maior, 2006, p. 224).

Afirma o autor que, enquanto no Brasil, a colonização portuguesa e a forte presença da Igreja Católica moldaram a religiosidade popular, na França, a Revolução Francesa e o Iluminismo influenciaram o pensamento científico e filosófico.

Sá, aponta uma tendência de caracterizar o Espiritismo brasileiro como menos positivista e mais místico ou religioso em comparação com o francês. Essa diferença pode ser explicada pelo contexto histórico e cultural de cada país, onde o Brasil apresentava uma religiosidade popular mais intensa e um sincretismo religioso mais marcado.

No mesmo entendimento segue Queiroz (2017), que afirma que ao ser introduzido no Brasil, o Espiritismo de Kardec se entrelaçou com as diversas práticas espirituais e religiosas já existentes no país. Diferentemente do contexto francês, marcado pelos ideais da Revolução, o Brasil oferecia um cenário propício ao sincretismo e à incorporação de elementos culturais locais.

Para Sá, o Espiritismo, ao se afastar de ritos e práticas mágicas, se configura como um sistema filosófico e moral racional, e não uma religião. Queiroz, corrobora essa visão, argumentando que a doutrina espírita, por não se basear em dogmas, mas sim em evidências científicas e raciocínio filosófico, não se enquadra nos moldes tradicionais de religião.

Queiroz, identifica a mediunidade como um elemento comum a diversas religiões. Ao destacar a devoção aos mortos, presente tanto no catolicismo quanto nas religiões afro-brasileiras, o autor sugere que a prática mediúnica é uma constante na experiência religiosa humana. Essa perspectiva permite estabelecer um diálogo entre diferentes tradições religiosas, evidenciando pontos de contato e convergências.

Nessa perspectiva, explica o autor:

Refletir sobre essas aproximações significa fazer um pequeno resgate do nosso passado e da nossa identidade. Acreditamos que tal exercício deva ser realizado através da incursão na história, com um olhar recheado de elementos culturais e religiosos, que se expressam repletos de signos da etnia negra, ameríndia e euro-cristã e das suas contribuições materiais e imateriais à construção da nossa memória. (Queiroz, 2017, p.15).

Sá, destaca a diferença de racionalidade entre o espiritismo francês e o brasileiro. Segundo ela, o espiritismo de Kardec, com suas raízes no positivismo, era visto como racional, enquanto o espiritismo praticado no Brasil seria considerado irracional devido à influência de uma cultura religiosa marcada por diversos tipos de misticismo. Sá, coloca a mediunidade no centro dessa análise, sugerindo que a forma como o espiritismo é praticado no Brasil, com um foco intenso na mediunidade e em práticas místicas, diferencia-se significativamente do espiritismo europeu, considerado mais racional e científico.

De acordo com Giumbelli, o Espiritismo, embora inclua elementos religiosos e éticos, também valoriza uma abordagem científica e empírica para compreender os fenômenos espirituais, buscando uma explicação racional e fundamentada para os mesmos.

De maneira geral, argumenta o autor que o aspecto religioso tem se tornado mais proeminente, indicando uma ênfase maior em práticas e crenças de natureza religiosa em detrimento do estudo científico dos fenômenos espirituais:

No caso do Espiritismo brasileiro, é como se essa complementaridade tivesse se rompido, havendo por um lado, a formação de facções às quais corresponderiam apenas parte do legado de Kardec e, por outro, a predominância geral do aspecto “religioso” em detrimento do aspecto “científico”. (Giumbelli, 1995, p.65).

A análise acadêmica dessas perspectivas, não são mutuamente exclusivas, mas sim, complementares e apontam para o entendimento de que o espiritismo no Brasil é um fenômeno multifacetado, que se adaptou a uma variedade de influências culturais e religiosas, mantendo ao mesmo tempo uma busca por legitimidade científica e racional.

Freyre (2000) observa que, nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do século XX, o Brasil testemunhou a consolidação do espiritismo como uma prática religiosa caracteristicamente nacional, refletida na criação de diversas associações beneficentes, semelhantes às confrarias e devoções católicas. Dentre as primeiras associações, destaca-se a Confraria do Grupo "Confúcio", fundada em 1873 na capital do Império, embora dissolvida apenas dois anos depois. Em 1876, surgiu a "Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo, Amor e Caridade", seguida pela "Sociedade Espírita Fraternidade", que teve atuação destacada no movimento abolicionista.

No contexto baiano, Maior destaca que o Espiritismo se estabeleceu de forma organizada na região, sendo a Bahia o local onde foi fundado o primeiro centro espírita registrado no Brasil o “Grupo Familiar do Espiritismo”. Esse marco foi realizado pelo jornalista baiano Luís Olímpio Telles de Menezes, reconhecido historicamente por ser responsável pela divulgação da primeira obra de Allan Kardec em português. Segundo Maior, com a publicação desta tradução, a Igreja Católica em Salvador reagiu prontamente. O arcebispo D. Manuel Joaquim da Silveira emitiu uma pastoral alertando os fiéis sobre a necessidade de combater o Espiritismo, alegando que sua

prática poderia comprometer a "salvação" das almas. Segundo ele, a ideia de que a alma existiria antes do corpo era contrária tanto à Sagrada Escritura quanto à tradição e à razão correta.

O autor prossegue informando que o próprio Luís Olímpio Telles de Menezes, para melhor defender e propagar o Espiritismo, duramente atacado pelo clero, decidiu fundar o primeiro jornal espírita brasileiro, intitulado "*O Echo d'Além Túmulo*". Esse periódico teve um papel fundamental na disseminação das ideias espíritas no país, consolidando a presença dessa corrente religiosa e filosófica.

Encontramos o periódico digitalizado na Biblioteca Nacional, correspondente ao ano I, número 1, datado de julho de 1869, p. 1. Em sua introdução, destaca-se o seguinte trecho:

Si os spiritos se não tivessem manifestado, espontaneamente, certo que não haveria Spiritismo: logo é ele uma questão de facto, e não de opinião; e contra o qual não podem, por certo, prevalecer as denegações da incredulidade. A rapidez de sua propagação prova, exhuberantemente, que se tracta de uma grande verdade, que, necessariamente, há de triumphar de todas as oposições e sarcamos humanos; e isso não é difícil de demonstrar-se, si atendermos que o Spiritismo faz seus adeptos, principalmente, na classe esclarecida da sociedade.

Farias aponta que, a partir de certo momento, os membros do "Grupo Familiar do Espiritismo" começaram a enfrentar forte oposição da Igreja na Bahia, que via a crença espírita na reencarnação como heresia. Para os espíritas, a reencarnação não era uma forma de punição, mas uma provação, uma oportunidade de repetir e corrigir erros do passado. Eles acreditavam que, em função do livre-arbítrio, os espíritos poderiam escolher certas missões para redimir existências mal aproveitadas.

A Igreja, por sua vez, segundo a autora, tolerava a disseminação da ideia de reencarnação apenas entre os negros, considerando-a um sinal de imaturidade espiritual desse grupo. Entretanto, condenava veementemente a propagação desse conceito entre as classes mais altas, temendo que ele representasse uma ameaça à fé católica. Essa preocupação cresceu em 1875, quando a Livraria Garnier, a mais importante editora do Rio de Janeiro na época, publicou "*O Livro dos Espíritos*", traduzido por Joaquim Carlos Travassos, médico e veterano da Guerra do Paraguai, sob o pseudônimo de "Fortunio", ele traduziu as primeiras obras de Allan Kardec para o português, tornando a doutrina mais acessível ao público brasileiro e contribuindo significativamente para a sua expansão no país. A respeito disso, no dia 4 de março de 1875, p. 4, o Diário de Pernambuco, na coluna "*Revista Diária*", noticiou:

Acabam de chegar nas livrarias desta cidade as seguintes obras editadas pelo Sr. B. L.Garnier, do Rio de Janeiro:O livro dos espíritos, por Allan Kardec, contendo: os princípios da doutrina espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos espíritos e suas relações com os homens, as leis moraes, as vidas presente e futura, e o futuro da humanidade, tudo isso conforme ensinaram os espíritos superiores por meio de diverso médiuns; traduzido por Fortunio.

Conforme atesta Queiroz, a Igreja usufruía de uma posição privilegiada, uma vez que a Constituição de 1824 estabelecia o Catolicismo como religião oficial do Estado, uma vez que exigia que a ocupação de cargos políticos e o direito ao voto estivessem vinculados àqueles que professassem a religião oficial do Estado, conforme disposto no artigo 5º:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fóma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824, p. 1).

No contexto do século XIX, segundo Sá, o caráter privado das reuniões dos grupos espíritas merece uma análise mais atenta, tanto do ponto de vista histórico quanto sociológico. A autora sugere que o hermetismo dessas reuniões não deve ser entendido de maneira simplista, como se fossem apenas encontros mediúnicos voltados exclusivamente para atender aos interesses pessoais de seus integrantes. Pelo contrário, esse aspecto reservado pode ter desempenhado um papel mais complexo, fundamentando a própria existência dos grupos espíritas.

Sá destaca que, o estudo dessas práticas pode revelar significados mais amplos, como a necessidade de proteger a doutrina espírita em um ambiente social marcado pela repressão religiosa, ou a criação de uma identidade coletiva distinta. Além disso, o caráter privado dessas reuniões poderia servir como uma forma de resguardar e fortalecer a doutrina em um espaço controlado e seguro. Dessa forma, o hermetismo das práticas espíritas no século XIX pode ser visto não apenas como uma característica do culto, mas também como uma resposta às pressões sociais e religiosas da época.

3.1 As Primeiras Luzes do Espiritismo em Pernambuco

No contexto do surgimento do Espiritismo em Pernambuco, a autora Vera Borges Sá descreve que, inicialmente, o movimento teve um caráter tímido e tardio,

apresentando feições mais evangélicas do que científicas. Isso se deveu à forte influência dos costumes católicos e protestantes na região. Embora o Espiritismo tenha chegado ao Brasil vinculado ao espírito maçônico, o discurso espírita na província de Pernambuco era, em grande parte, fundamentado no Evangelho, conforme evidenciado pelo periódico "A Cruz", de 1881.

Segundo Sá, "A Cruz", foi o primeiro órgão do Espiritismo em Pernambuco, fundado em 6 de julho de 1881, por Júlio César Leal, que foi um nome que marca o espiritismo em Pernambuco e chegou a ser presidente da Federação Espírita Brasileira em 1895, foi jornalista, poeta, romancista, teatrólogo, que escrevia em pelo menos cinco periódicos. "A Cruz" era um jornal de quatro páginas impresso na rua do Imperador nº 50 e era publicado semanalmente, todas as quartas-feiras, e cujos exemplares estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Esse periódico tinha como objetivo central explicar o Evangelho de Jesus Cristo por meio dos princípios do Espiritismo, como é claramente indicado em seu cabeçalho: "*O fim deste Jornal é a explicação do Evangelho de Jesus Christo em todas as suas partes, por meio do Espiritismo (...)*" ("A Cruz", 1881, p. 1).

Além de "A Cruz", o periódico "O Guia", publicado mensalmente, surgiu em Recife no final de 1889 e era situado na Rua 1º de Março (antiga Rua do Crespo), também desempenhou papel importante na propagação da doutrina espírita. "O Guia" focava em defender os princípios do Espiritismo, oferecendo aos leitores um espaço de reflexão e discussão sobre a doutrina. Na coluna "Literatura", publicada no dia 15 de maio de 1900, p. 2, cujo autor, Paulo Vero, declara a doutrina espírita da seguinte forma:

A doutrina espírita há de chamar os homens ao cumprimento de seus deveres por ásperos e penosos que sejam. Mostrando-lhes que nosso atos, palavras e pensamentos estão patentes àqueles que amamos e que nos esperarão além da vida. Os homens cautelosos no pensar, no falar e no proceder e em vez de oferecer a seus irmãos livros que o metam pelo caminho escorregadio da animalidade, hão de dar-lhes uma literatura que os leve a compreensão do altíssimo destino para que foram caeados.

A autora Vera Borges Sá, ressalta a força do catolicismo na sociedade pernambucana do século XIX, como uma religião majoritária e amplamente presente na vida social e cultural. Essa hegemonia católica, representada por ritos, templos e normas, influenciava amplamente os costumes e hábitos, muitas vezes de maneira coercitiva, impondo-se mesmo àqueles que não a seguiam plenamente.

No entanto, a autora enfatiza que admitir essa centralidade católica não implica negar a pluralidade religiosa existente na época. Os cultos afro-brasileiros e o protestantismo também tiveram uma contribuição significativa para a construção da cultura religiosa local. A presença do espiritismo emerge como um desafio marcante a essa hegemonia, somando-se às tensões já geradas pelos costumes africanos e pela maçonaria que, segundo a autora, o espiritismo em Pernambuco sofreu grande influência de personagens maçons. Assim, o campo religioso em Pernambuco começou a ser reconfigurado, com o catolicismo gradualmente dividindo seu espaço com outras crenças e práticas espirituais, tanto no âmbito dos rituais quanto no debate doutrinário.

Rosilene Gomes Farias, traz um olhar detalhado sobre as primeiras organizações espíritas formais no estado. Segundo sua pesquisa, essas instituições surgiram no final do século XIX, um período em que o espiritismo já ganhava força em outros estados, como Rio de Janeiro e Bahia. Em Pernambuco, no entanto, o cenário era mais tímido, marcado pelo predomínio de valores católicos e pela influência da maçonaria, que ajudaram a moldar a receptividade às ideias espíritas.

Farias destaca que, o primeiro centro formalmente registrado foi a *Associação Espírita Deus e Caridade dos Aflitos*, fundada em 1894, na Rua do Futuro, em Recife. Essa organização pioneira simbolizava a tentativa de dar mais estrutura ao movimento, abrindo uma caderneta de poupança para arrecadar fundos destinados à construção de sua sede definitiva. Além disso, outros dois centros espíritas da época merecem atenção: o *Centro Espírita de Pernambuco*, onde ocorriam sessões às quintas-feiras, e o *Grupo Espírita Fraternidade*, que divulgava suas atividades por meio do jornal *O Guia*.

Segundo Rosilene Gomes Farias, o espiritismo assumiu múltiplas funções sociais e culturais, destacando-se como uma ponte entre as elites intelectuais e as camadas populares. Para as elites, a doutrina espírita representava uma “nova moral científica”, sendo vista como um caminho racional para promover justiça social. Por outro lado, nas camadas populares, o espiritismo era interpretado como uma crença que diminuía barreiras sociais, promovendo maior igualdade entre os indivíduos.

No entanto, essas influências geraram tensões dentro das sociedades espíritas, que se mobilizaram para unificar métodos de estudo e práticas mediúnicas, fortalecendo a identidade da doutrina. Esse esforço culminou na criação da Federação Espírita Brasileira, em 1884, que teve como objetivo padronizar e orientar a prática

espírita em todo o país.

Em Recife, no início do século XX, destacou-se o *Centro Espírita Regeneração*, formado por uma elite intelectualizada. Embora pequeno em número de participantes, o grupo desempenhou um papel relevante no desenvolvimento do movimento espírita local, sendo um ponto de referência para a difusão e consolidação do Espiritismo até os anos 1920. Conforme destacado por Farias, o *Centro Espírita Regeneração* não apenas promovia práticas mediúnicas, mas também atuava como um espaço de assistência social, oferecendo atendimento homeopático e odontológico gratuito, o que contribuía para a propagação do Espiritismo entre as camadas populares.

Ainda segundo a autora, o *Centro Espírita Regeneração* desempenhou um papel fundamental na consolidação do movimento espírita em Pernambuco, especialmente no início do século XX. Ele tornou-se um modelo para outras sociedades espíritas que buscavam se organizar juridicamente e seguir um programa doutrinário baseado nas obras de Allan Kardec. Suas atividades eram amplamente voltadas para a prática mediúnica, que era tratada como uma forma de ciência experimental e propaganda doutrinária.

A atuação desse centro não apenas visava a assistência, mas também o fortalecimento do espiritismo no estado. Farias destaca que, o médico Sabino Pinho, por exemplo, atendia gratuitamente aos sábados, reforçando a ideia de caridade alinhada aos preceitos espíritas. Em 1914, após uma década de funcionamento, o Centro transformou-se na *Federação Espírita Pernambucana*, que se tornou o principal órgão articulador do espiritismo no estado, promovendo a unificação doutrinária entre os diversos grupos.

Vale observar que, na análise de Farias, o movimento espírita pernambucano, que inicialmente se mostrou desarticulado no século XIX, consolidou-se ao longo do século XX, ganhando maior estrutura e coesão. A autora não apenas destaca a relevância histórica do *Centro Espírita Regeneração*, mas também sublinha sua contribuição essencial para a expansão do espiritismo em Pernambuco, enfatizando como esse centro se tornou um modelo para a organização das práticas espíritas no estado.

É pertinente destacar, com base na análise de Vera Borges Sá, a influência significativa de maçons na formação e consolidação do movimento espírita em Pernambuco. Esse envolvimento foi essencial para a fundação de instituições como o *Centro Espírita Regeneração*, a mais influente sociedade espírita do estado até a

primeira metade do século XX.

Destaca a autora que, o movimento espírita em Pernambuco se expandiu significativamente devido à participação e ao apoio de membros da Federação Espírita Pernambucana aos centros populares. Em 1914, o espiritismo já estava amplamente difundido no estado, com a presença de sociedades espíritas em cidades do interior, como Garanhuns e Vitória de Santo Antão. Em Garanhuns, foi fundado o Grupo Espírita Léon Denis, enquanto, em Vitória de Santo Antão, surgiu o Centro Espírita Amor ao Progresso. Nesse contexto, Manuel Arão, integrante da diretoria do Centro Espírita Amor ao Progresso, desempenhou papel relevante na consolidação dessa sociedade.

A autora também aponta uma preocupação com as sessões espíritas independentes realizadas em residências. Essas práticas, destinadas a promover evocações de espíritos, obter receitas médicas, receber conselhos e estabelecer conversações com os desencarnados, evidenciaram a necessidade de maior organização e alinhamento com os princípios da doutrina espírita.

Em 1915, o movimento espírita em Pernambuco alcançou um maior grau de unidade doutrinária e organizacional com a criação da Federação Espírita Pernambucana. Essa instituição congregou os cinco principais centros espíritas do estado: o Centro Esperança e Luz, o Centro Fé, Esperança e Caridade e o Centro Humildade, todos localizados no Recife; além do Grupo Espírita Léon Denis, de Garanhuns, e do Centro Amor ao Progresso, de Vitória de Santo Antão.

Sá também menciona o papel crucial desempenhado pelo Centro Espírita Regeneração, na divulgação do espiritismo em Pernambuco. Embora não fosse uma sociedade de caráter federativo, o centro orientou a formação de novas instituições espíritas no estado. Inicialmente, sua sede situava-se na Rua 15 de Novembro, sendo posteriormente transferida para a Rua Marques do Herval, consolidando-se como um núcleo de atividades doutrinárias e organizacionais

Nesse contexto, é importante observar o papel central do intelectual Manoel Arão, que se destacou tanto pela divulgação doutrinária, por meio de sua direção do jornal *A Verdade*, quanto pela organização prática das atividades espíritas no estado. Sua atuação foi decisiva na estruturação do espiritismo pernambucano, especialmente pela criação da Federação Espírita de Pernambuco em 1914, na qual assumiu o posto de primeiro presidente eleito.

3.2 O Espírita Manoel Arão

Encontramos no Instituto Histórico e Geográfico do Pajeú (IAHGP), informações sobre Manoel Arão de Oliveira Campos, que foi uma figura de destaque na literatura e no espiritismo pernambucano. Nascido em Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, e falecido em 1930, Manoel Arão consolidou-se como escritor, jornalista e líder espírita, além de integrar a Academia Pernambucana de Letras. Sua trajetória reflete uma combinação de militância cultural e atuação religiosa, marcada por conflitos com a Igreja Católica, aspecto que se torna central neste trabalho.

Entre suas obras, destaca-se *O Claustro*, publicado entre 1918, considerado um marco pela crítica incisiva à Igreja Católica. O romance, subtulado “*psicopatia das profissões religiosas*”, traz a história real de uma bela jovem de nome Cláudia, nome fictício por conta do preconceito da época, onde explora vícios e anomalias no contexto religioso, questionando a moral e os costumes do clero. A obra tem como pano de fundo o Recife de fins do século XIX e começo do século XX e tem o Convento da Glória, na Boa Vista, o cenário no qual o romance se desenvolveu.

Manoel Arão foi uma figura central da maçonaria pernambucana e participou ativamente dos embates entre maçons e católicos, que marcaram a história política e religiosa do Brasil desde os movimentos em prol da independência. O conflito se intensificou durante a chamada "Questão Religiosa", que levou à prisão de Dom Vital, e seguiu até a campanha republicana, momento em que a maçonaria começou a perder sua influência política. É nesse contexto que se insere essa obra escrita por Arão. Embora nem sempre adotando um tom ameno, a escrita de Arão se destaca por sua intensidade dramática, tornando algumas passagens verdadeiramente antológicas. Em um dos trechos do livro, Arão apresenta uma forte crítica à Igreja:

Enquanto Jesus dizia: “não matarás” – a igreja, transformada em catolicismo, não havia recuado ante nenhuma atrocidade. Todos os pretextos serviam, as denúncias mais fúteis; as acusações mais ridículas – toda uma demência espantosa que parecia querer devorar todos os seres da terra numa só e imensa fogueira! A par de tudo, era o constante medo da luz, a inimizade com a ciência que se tornara o pesadelo da igreja. Como lamentável fruto de tantos séculos de intolerância, de dor e de trevas, era o que se via; sua moral substituída por um montão de dogmas incompreensíveis e absurdos; o ódio as classes; o deus do ouro entronado na morada do vigário do Cristo, cercado de todas as pompas orientais. (Arão, 2005, p.233).

E segue em mais um trecho:

Era, como remate, o tráfico das coisas que não pertencem ao homem, os vendilhões que comerciavam a graça que distribuem – eram as missas, os sacramentos, as orações, as indulgências, as relíquias, todas as coisas inventadas em nome de Deus com que se iludia a ignorância das almas sofredoras que não conheciam outro evangelho e outra fé, de olhos vendados diante da verdade e a quem impingia, a bom preço, com uma crueldade sarcástica, esse céu que não se podia comprar senão com essa única moeda que tem curso na eternidade – essa que fabricamos pelas nossas virtudes e inclinações para o bem. (Arão, 2005, p. 233-234).

O autor aponta para uma aparente contradição entre a mensagem cristã original, baseada no amor e na misericórdia, e as práticas institucionais da Igreja, que, segundo ele, teriam sido marcadas por intolerância, repressão e um temor constante da ciência e da razão.

Além de sua produção literária, Manoel Arão teve papel essencial na consolidação do espiritismo em Pernambuco. Foi fundador e editor do jornal *A Verdade*, órgão oficial da Federação Espírita Pernambucana, usado para a divulgação doutrinária e a defesa do espiritismo em uma época marcada por intensos embates com a Igreja Católica. Sob sua liderança, a Federação Espírita Pernambucana (FEP) foi fundamental para a organização e expansão do movimento espírita no estado, promovendo a institucionalização de práticas e a integração entre grupos espíritas

Sua atuação à frente do Centro Espírita Regeneração, que posteriormente se tornaria a Federação Espírita Pernambucana, e a criação da *Cruzada Espírita Pernambucana em 1923* demonstram seu compromisso com a estruturação e o fortalecimento do espiritismo em um cenário de intensos embates ideológicos e religiosos.

3.3 A Igreja Católica e o Controle Espiritual

Maior ressalta que, a autoridade eclesiástica possuía um instrumento poderoso para garantir a obediência dos leigos: o poder de excomunhão. A maioria dos cristãos franceses temia a excomunhão, e esse medo era frequentemente utilizado pelo clero como um meio eficaz de assegurar a conformidade com os preceitos da Igreja. O autor observa ainda que, segundo a doutrina, o destino do homem após a morte estava sujeito a uma decisão divina, comparável a um julgamento, no qual era possível obter uma sentença favorável, conhecida como justificação.

Quanto a excomunhão Maior vai afirmar:

Para impor respeito às suas decisões, desde a Idade Média, dispunha a Igreja da excomunhão. O excomungado era excluído da comunidade dos fiéis; não podia receber os sacramentos e os católicos não podiam ter nenhuma relação ou contato com ele. (Maior, 2006, p.100).

Entretanto, conforme o autor, a autoridade e influência da Igreja não foram suficientes para impedir o surgimento de dissidências, algumas delas bastante organizadas. Parte dos fiéis começou a questionar a eficácia dos métodos recomendados pelo clero, sentindo-se inquietos em relação a doutrinas e práticas que não encontravam respaldo na Bíblia.

Sá destaca três fatores históricos contribuíram para romper com o pensamento predominante da Idade Média. Citando René Rémond, a autora menciona a Reforma, o movimento das ideias filosóficas e a Revolução Francesa como os principais agentes dessa transformação. Ela observa que a Revolução Francesa foi a primeira a incorporar ao direito as reivindicações filosóficas sobre as funções da Igreja, que deixou de ser vista como um Estado. Como consequência, o clero perdeu grande parte de suas riquezas, e os bispos deixaram de ocupar posições de poder como grandes senhores.

Maior aponta que, essa oposição à tradição e à autoridade, testemunhamos o despertar da "era das luzes", período marcado pelo avanço da astronomia, biologia, física e outras ciências. Esse período incentivou o homem a agir com base no raciocínio e na observação, desconsiderando o método da autoridade. O autor esclarece que as mentes mais cultas da época já reconheciam que Deus havia dado ao homem a razão para se guiar. Essas ideias, segundo ele, acabaram por eliminar muitos dos dogmas cristãos, como o pecado original, a ação de Satanás, a redenção, a Trindade e a ressurreição dos corpos.

É importante contextualizar a necessidade do homem moderno de compreender e explicar o mundo de forma racional, bem como de preencher o vazio existencial. Em grande parte, essa luta se dirigia contra a superstição e não contra a fé, contra a instituição da Igreja e não contra a religião em si. Destaca Azzi (1994), que no Brasil, a cristandade se estabeleceu como parte fundamental da colonização, em um processo que transportou para o Novo Mundo as tradições e o poder eclesiástico europeus. Desde os primeiros momentos da colonização, o catolicismo

se tornou um pilar da sociedade brasileira, moldando costumes, valores e práticas religiosas. Esse cenário foi favorecido pela aliança entre a Igreja e o Estado, que buscavam conjuntamente a manutenção da ordem social e espiritual. Neste contexto, a chegada do Espiritismo no Brasil representou um desafio ao domínio espiritual exercido pela Igreja Católica, abrindo espaço para novas formas de religiosidade e questionamentos às doutrinas tradicionais.

O autor nos lembra que, embora a mensagem cristã fosse considerada universal, diversos povos, ao longo do tempo, passaram a se considerar os portadores privilegiados da fé católica, acreditando em uma espécie de eleição messiânica. Esse percurso se estendeu dos romanos aos francos e, posteriormente, dos povos germânicos aos ibéricos.

Segue enfatizando o autor que, os condicionamentos associados ao mito da cristandade, em suas diversas concretizações ao longo da história, revelam o conteúdo ideológico que esse mito assumiu em diferentes épocas e entre variados povos.

Sob a proteção dos monarcas, os colonizadores lusitanos se consideraram encarregados da missão de organizar a cristandade colonial brasileira como uma extensão da cristandade lusitana, conforme destaca o autor.

Queiroz observa que, os colonizadores portugueses, pertencentes à tradição católica no período da invasão das terras brasileiras, asseguraram à religião católica uma posição hegemônica no país. Em contraste, as demais religiões foram relegadas a posições de menor prestígio social—ainda uma realidade perceptível em nossa sociedade, mesmo após o catolicismo deixar de ser a religião oficial desde a Proclamação da República.

Para Azzi, no final da época imperial, tanto os liberais quanto os positivistas intensificaram seus esforços para destruir o já enfraquecido e decadente mito da cristandade. Segundo o autor, no início da era republicana, a burguesia emergente acreditava ser possível dispensar a colaboração da Igreja por meio da laicidade do Estado.

No decorrer do século XIX, a hierarquia eclesiástica brasileira estava fortemente engajada em uma "Reforma do clero" e na "Reforma do povo cristão". Durante esse período, um dos principais focos foi o movimento dos bispos reformadores, que priorizavam a formação de sacerdotes dedicados exclusivamente ao ministério eclesiástico. A partir da terceira década do século XX, conforme enfatiza

Azzi, a principal preocupação da Igreja Católica no Brasil passou a ser a reafirmação de sua posição e influência na sociedade brasileira.

A partir desse momento, conforme aponta o autor, o termo "Restauração" começou a ser utilizado pelos bispos brasileiros com o propósito de restabelecer o domínio espiritual da fé católica. Não se tratava de introduzir novas perspectivas ou orientações na vida da Igreja, mas sim de reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo tradicional, em que a Igreja era vista como um poder espiritual que, no exercício de sua missão, colabora com o Estado na manutenção da ordem social.

Azzi afirma que, durante a Reforma Católica, o papa Pio IX, conhecido por sua postura antiliberal, ocupava a liderança da Santa Sé. A Igreja, ainda fortemente vinculada às instituições do antigo regime, assumiu uma postura defensiva diante do avanço das novas ideias. O autor destaca que, em 1864, Pio IX promulgou o *Syllabus*, um documento que condenava explicitamente as chamadas "liberdades modernas".

3.4 Conflitos entre Igreja e a Maçonaria em Pernambuco

No Brasil, a Igreja também enfrentou esse período sob uma orientação antiliberal, culminando na "questão religiosa" ocorrida entre 1872 e 1875, a qual resultou na prisão de dois bispos, posteriormente anistiados pelo governo imperial.

Em relação a essa questão religiosa, destaca-se em Pernambuco a figura do bispo de Olinda, Dom Vital, que desempenhou um papel marcante na vida católica do Império. De acordo com Freyre, Dom Vital dedicou-se intensamente a dar autenticidade à vida católica no Brasil, criticando padres que se desviaram de sua missão. Ele combatia uma realidade de padres burocratas, ligados à maçonaria, mais políticos do que religiosos, e até mesmo padres amigos.

Freyre afirma que Dom Vital voltou seu interesse aos desvios do clero na vida religiosa do país. Ele destacou que a população, em grande parte conservadora e sem uma instrução religiosa sólida, estava vulnerável a infiltrações anti-católicas de diversas formas. Embora grande parte dos fiéis soubesse realizar atos básicos da fé, como fazer o sinal da cruz, rezar o Pai Nosso e a Ave Maria, batizar os filhos e comparecer à missa aos domingos, Freyre argumenta que esses elementos não eram suficientes para caracterizar uma população verdadeiramente católica.

Sá, aprofunda essa questão ao afirmar que os conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil, durante o período em questão, não eram motivados por divergências

doutrinárias ou princípios religiosos, mas sim pela ofensiva do Vaticano contra a maçonaria. O principal motivo dessa ofensiva era o temor de que a maçonaria, com seus conceitos anticlericais amplamente divulgados, pudesse ameaçar a influência da Igreja sobre a elite e a sociedade em geral.

A autora destaca o fato de que no Brasil, havia um histórico de coexistência e até de orgulho entre membros do clero em pertencer à maçonaria, uma sociedade à qual também estavam associados figuras políticas de destaque, como José Bonifácio de Andrade e Silva e Dom Pedro I. Esse relacionamento cordial entre catolicismo e maçonaria perdurou até que bispos ultramontanos— clérigos que defendiam uma rigorosa adesão à autoridade papal—começaram a agir contra a maçonaria, rompendo o vínculo amistoso que havia sido estabelecido até então.

É importante lembrar, que o sistema de relação entre a Igreja Católica e o Estado, conhecido como Padroado, vigorou em Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, durante o período colonial e imperial. Nesse contexto, a figura de Dom Pedro I foi fundamental, pois, como imperador, ele detinha a prerrogativa de nomear bispos e administrar os assuntos eclesiásticos, o que consolidava a influência do Estado sobre a Igreja no Brasil.

Medeiros (2020) ressalta que Dom Vital desempenhou um papel fundamental na revitalização do clero no Brasil. Ele facilitou a entrada de novos sacerdotes, majoritariamente oriundos da Europa, que eram firmes na ortodoxia católica. Essa renovação foi vista como essencial para fortalecer a Igreja e prepará-la para enfrentar a crescente influência de protestantes, adeptos do espiritismo e práticas religiosas africanas no Brasil. Ainda segundo o autor, o clero da época, considerado decadente e burocrático, não estava adequadamente preparado para lidar com esses desafios devido à sua falta de comprometimento genuíno com os princípios ortodoxos da Igreja.

3.5 O Espiritismo e o Código Penal de 1890

Esse contexto de tensão entre a Igreja e outras instituições, como a maçonaria, ilustra o crescente desafio enfrentado pelo catolicismo em manter sua hegemonia diante de novas correntes ideológicas e religiosas.

Segundo Arribas (2008), a situação se intensificou com a chegada da República e a promulgação do Decreto de 7 de janeiro de 1890, conhecido como Decreto 119-A, que marcou uma transformação radical ao oficializar a separação entre a Igreja e o

Estado. Esse decreto rompeu com o sistema do Padroado, colocando um fim à influência direta do Estado sobre as questões eclesiásticas e estabelecendo o Brasil como um Estado laico.

Arribas defende que, embora a liberdade de culto fosse formalmente garantida, o Código Penal, promulgado em outubro de 1890, trouxe restrições a certas práticas. Especificamente, o artigo 157 que associava a prática do espiritismo a rituais de magia e adivinhações o que afetou diretamente o espiritismo e outras tradições afro-brasileiras. Conforme descrito pela autora o artigo trazia a seguinte redação:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

A norma que vinculava o espiritismo a práticas de magia e adivinhações reflete a pressão exercida pelo clero católico, pelos positivistas e até pela classe médica, que temia a disseminação descontrolada do curandeirismo. Para Arribas, essa pressão institucional e social evidenciava um temor generalizado em relação ao espiritismo e suas práticas, levando a uma estigmatização dos adeptos dessa doutrina.

No contexto da separação entre Igreja e Estado com o Decreto de 1890, a Igreja Católica no Brasil passou por um processo de reorganização que Azzi identifica como 'Restauração Católica'. Este período foi marcado pela ação da hierarquia eclesiástica que, sob uma postura autoritária, buscava reafirmar a influência cristã sobre a sociedade brasileira. Conforme observa Azzi, essa restauração foi impulsionada pelos bispos, que lideraram um programa de ação com o objetivo de reestabelecer os valores cristãos na sociedade.

Podemos perceber que essa centralização da autoridade eclesiástica sugere que, longe de ser uma expressão de renovação religiosa popular, a 'Restauração' era um movimento conduzido de cima para baixo, priorizando a manutenção da influência institucional da Igreja em um cenário onde novas correntes ideológicas, como o espiritismo, ganhavam espaço.

Maia (2005), mostra que o Catolicismo reduziu o amplo universo das religiões

afro-brasileira, que cultivava os espíritos dos ancestrais dos índios, dos escravos negros, da umbanda, ao substantivo “Espiritismo”. Ao reduzir esse universo tão amplo de manifestações, o discurso católico buscava um efeito acusatório direto. Equiparando o espiritismo à bruxaria. O discurso católico, em sua tentativa de se tornar mais persuasivo, simplificava e radicalizava a realidade ao construir um imaginário de oposição entre o Catolicismo e o Espiritismo.

Nesse contexto, as religiões mediúnicas eram demonizadas e apresentadas como inimigas de Cristo. O autor utiliza a expressão “religiões mediúnicas” para designar aquelas que acreditam na reencarnação e no contato entre vivos e mortos, recorrendo a um intermediário, o médium, capaz de ceder seu corpo para a manifestação dos espíritos. A hierarquia eclesiástica já tinha consciência da disseminação da prática de invocação dos mortos na sociedade brasileira no fim do século XIX. As “religiões mediúnicas” era um plano satânico que queria disseminar o mal no mundo e impedir a missão da Igreja.

Segundo Maia, a Igreja Católica buscava desacreditar os demais componentes religiosos ao reforçar a ideia de que a identidade nacional estava intrinsecamente ligada ao catolicismo. Argumentava-se que o Brasil era, por natureza, uma nação católica em virtude do papel "civilizador" desempenhado pelos portugueses. Nesse contexto, tornava-se essencial eliminar, desmoralizar, exorcizar ou expulsar qualquer prática ou crença que ameaçasse essa ordem, de modo a preservar a fidelidade dos adeptos do catolicismo.

O espiritismo, por sua vez, consolidou-se como uma manifestação letrada, alinhada aos princípios do cientificismo. Apesar de ostentar valores próximos ao cristianismo, foi equiparado, pelo Código Penal de 1890, a práticas como magia, cartomancia e feitiçaria. Para a Igreja, o espiritismo representava a síntese de todos os erros humanos e a maior evidência da presença do mal na história, uma vez que sua doutrina desafiava diretamente a fé católica.

Ainda conforme Maia, membros da hierarquia católica esforçavam-se para explicar os fenômenos mediúnicos a partir de teorias como o hipnotismo e a predisposição histórica. A histeria, entendida como uma fraqueza do sistema nervoso, tornava o indivíduo suscetível à hipnose. Além disso, os clérigos relacionavam o transe mediúnico à condição feminina, atrelando-o a uma construção simbólica de imoralidade e sedução que seria inerente às mulheres. Essa visão, fundamentada em narrativas bíblicas, associava a figura feminina ao mal ancestral, evocando a

representação da primeira mulher como um agente demoníaco.

A estratégia de descrédito em relação ao espiritismo e outras práticas mediúnicas unia médicos e padres em um esforço conjunto contra esse inimigo comum, associando tais práticas a processos de patologização.

O fato é que, as fontes analisadas ao longo desta pesquisa revelam o caráter autoritário da hierarquia eclesiástica no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Esse período foi marcado por profundas transformações sociais, políticas e religiosas, impulsionadas pela ascensão da República e pela separação formal entre Igreja e Estado, estabelecida pelo Decreto 119-A, de 1890. No entanto, mesmo com a laicidade oficial do Estado, a Igreja Católica mobilizou estratégias institucionais e simbólicas para reafirmar sua hegemonia em meio ao crescente pluralismo religioso.

3.6 O Auto da Fé de Caruaru: A Igreja Católica e a Repressão ao Espiritismo em Pernambuco

Nos arquivos da Federação Espírita Pernambucana (FEP), localizamos a edição de 1º de setembro de 1906 da revista *Aurora Espírita*, publicada pelo Centro Espírita Regeneração. Este periódico mensal, dedicado às "*Schientias Psychicas e Sociaes*", trazia, entre outros temas, um artigo intitulado: "*Um Auto de Fé no Século XX – (Carta Aberta a Frei Celestino, Missionário Capuchinho)*" de Pedro D'Able.

O artigo faz referência a um episódio ocorrido em Caruaru, Pernambuco, amplamente divulgado pelo jornal *A Província*, órgão do Partido Liberal de Pernambuco. Durante a pesquisa realizada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foi possível consultar a edição de 19 de outubro de 1906 desse periódico, que apresentava a matéria intitulada "*Santas Missões*". O texto relata as atividades conduzidas pelos frades capuchinhos Frei Celestino de Pedávoli e Frei Caetano de Messina, enfatizando os sermões realizados na cidade, que atraíam grande público e eram marcados por um tom combativo ao protestantismo e ao espiritismo.

Embora este não seja o tema central deste trabalho, é importante apresentar um breve contexto sobre a *Liga Contra o Protestantismo*, para entender as dinâmicas religiosas no início do século XX. Diz Ferrer Araújo (1906), que a Liga foi fundada em 27 de fevereiro de 1902, na Igreja de Nossa Senhora da Penha, em Recife, e foi liderada por Frei Celestino de Pedávoli e Frei Caetano de Messina, que visava conter

o avanço protestante em Pernambuco. Atuando principalmente em áreas rurais, promoveu missões contra outras religiões. Em Caruaru, os sermões de Frei Celestino levaram parte da população a realizar atos simbólicos de rejeição, como a queima de bíblias protestantes e obras espíritas, conforme relatado em *A Província* de 19 de outubro de 1906, p. 1:

Em consequência dos sermões doutrinários de frei Celestino contra o protestantismo e o espiritismo, o povo queimou espontaneamente ao pé do cruzeiro muitas bíblias falsas e mutiladas dos taes *ministrecos* ou *novas seitas* e vários jornaes espíritas.

A repercussão do episódio motivou uma resposta crítica por parte dos espíritas, registrada no artigo "*Um Auto de Fé no Século XX*" da *Aurora Espírita*. O título estabelece uma conexão com o histórico *Auto de Fé de Barcelona* de 1861, quando livros espíritas foram queimados na Espanha. Na publicação da revista *Aurora Espírita* do dia 1º de setembro de 1906, p. 71, o autor do artigo, Pedro D'Able critica duramente a postura da Igreja Católica, afirmando:

Não se queima mais os homens, na praça pública, porque a Inquisição foi extinta pelo livre pensamento; mas queima-se os pensamentos livres esteretypados nos livros dos homens! Basta que fique, no mundo, o pensamento systematico, o pensamento reaccionario amarrado à roupa Papal, à corte pontifícia, ao clericalismo caduco e ridículo quando quer arcar com a sciencia independente, com a sciencia onnipotente, com a sciencia divina da liberdade de pensamento! (...) Fora carrascos do espírito!...Fora acolytos da mentira ...Dai logar à livre expansão do gênio, à emancipação da consciência, à extensão das ideias, à confraternização das raças e das religiões.

Este episódio evidencia os confrontos entre o catolicismo e outras correntes religiosas no início do século XX, revelando os desafios enfrentados pelo espiritismo em Pernambuco, especialmente em um cenário de forte hegemonia católica.

3.7 A Restauração Católica em Pernambuco: A Carta Pastoral de 1916 como Estratégia de Reafirmação Religiosa

No esforço de reafirmar sua hegemonia diante das transformações sociais e do avanço de novas expressões religiosas, a Igreja Católica intensificou suas ações no início do século XX. Esse movimento se manifestou não apenas por meio de reformas institucionais e discursos autoritários, mas também pela emissão de documentos oficiais que buscavam orientar e fortalecer o papel da Igreja na sociedade brasileira.

Nesse contexto, Pernambuco tornou-se um importante palco para a consolidação das estratégias da Igreja Católica no contexto da "Restauração Católica". Esse movimento buscava reafirmar a hegemonia do catolicismo diante de desafios impostos pelo espiritismo, pelas religiões afro-brasileiras e pelo avanço de ideais laicos e científicos. Nesse cenário, a atuação da hierarquia eclesiástica pernambucana foi marcada por um esforço contínuo de combate às práticas religiosas dissidentes, como evidenciado em discursos públicos e documentos oficiais.

Entre esses documentos, destaca-se a Carta Pastoral de 1916, escrita por Dom Sebastião Leme, então bispo de Olinda, que se tornou uma das vozes mais influentes da "Restauração Católica" no Brasil.

Segundo Maia, ao assumir a arquidiocese de Olinda e Recife, D. Sebastião Leme, elaborou as bases do movimento restaurador mediante uma carta pastoral, dentre os temas abordados destaca-se um diagnóstico da formação espiritual do povo brasileiro, constatando a "ignorância religiosa" que reflete o posicionamento da hierarquia eclesiástica diante do espiritismo e das práticas religiosas consideradas ameaçadoras à fé católica, expondo a preocupação com a preservação da moral cristã e o combate ao que era visto como desvios doutrinários. Essa Carta teve grande repercussão nos meios católicos. Em um trecho da pastoral, afirmava D. Leme:

O Sentimento religioso na alma popular – Baluarte da Igreja – A Religião é força e alento, é o único arrimo do homem do povo - Quanta credence a afeir a religiosidade popular – Superstições e Espiritismo- Avidéz do maravilhoso- O veneno está na explicação que os espíritas dão dos fenômenos insólitos que, alguma vez, podem ser reaes – A explicação espirita repugna à razão e ao bom senso - Necessidade da instrução religiosa para evitar os males temporaes e espirituais do Espiritismo. O que devemos explicar ao povo. (Leme, 1916, p. VII).

O espiritismo era apresentado como uma ameaça à fé católica, sendo descrito como irracional e contrário ao bom senso. Dom Sebastião buscava desacreditar essa prática associando-a a perigos sociais e espirituais.

Para Azzi, a Igreja queria garantir que o catolicismo permanecesse a religião predominante na sociedade brasileira, mesmo em um contexto de Estado laico e crescente pluralidade religiosa. Isso envolvia combater práticas religiosas vistas como concorrentes, como o espiritismo, protestantismo e as religiões afro-brasileiras, e reafirmar que o Brasil era, em essência, uma nação católica.

Segue o autor informando que, a pastoral traz ainda um dos principais esforços da Igreja que foi reconquistar espaço no campo educacional, que havia se tornado um terreno laico com a República. Isso incluía o incentivo à catequese, à construção de escola católicas e à formação de um discurso que vinculava a identidade nacional ao catolicismo.

Para isso, segundo o autor, D. Sebastião Leme trazia a ideia de que a Igreja como a única instituição capaz de oferecer estabilidade moral e espiritual em um momento de mudanças sociais e ideológicas. Isso incluía uma visão autoritária da hierarquia eclesiástica como guia indiscutível da população.

Argumenta Azzi, que sendo o Brasil uma das maiores nações católicas do mundo, devia se apresentar como um país declaradamente cristão em sua expressão social e cultural. Para isso, era necessário a colaboração do governo. Assim, a igreja readquiriria seu antigo prestígio junto à nação. Esta colaboração efetiva foi restabelecida não tanto em força de documentos formais, mas de uma união de forças para combater o inimigo comum representados pelos movimentos de tendência liberal, anárquica e socialista.

3.8 Controle Religioso e Repressão ao Espiritismo no Recife nos anos 1930

Essa perspectiva de união entre Igreja e governo, apontada por Azzi, ganha força nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1930, um período marcado por intensos debates sobre identidade nacional e reconstrução política. Com a ascensão de Getúlio Vargas e o início do Estado Novo, a Igreja Católica encontrou terreno fértil para se aproximar ainda mais do poder estatal. Em um cenário de crescente polarização ideológica, a hierarquia eclesiástica intensificou seu discurso contra o liberalismo, o socialismo e o comunismo, posicionando-se como um pilar da moralidade e da unidade nacional.

Além disso, segundo Azzi, nesse período, a Igreja reforçou sua atuação em questões educacionais e culturais, buscando influenciar a formação moral do povo brasileiro por meio do controle de escolas e associações religiosas. A disseminação de encíclicas papais e cartas pastorais também serviu como ferramentas para mobilizar os fiéis contra ameaças percebidas à ordem social e religiosa.

Conforme destacado por Farias, o governo Vargas buscou fortalecer o poder executivo, utilizando instrumentos legais para controlar e supervisionar diversas esferas da sociedade, incluindo as práticas religiosas. Nesse período, o Estado implementou um sistema de vigilância ostensiva, com censura e repressão policial, visando combater qualquer mobilização ideológica contrária às suas normas. Em Pernambuco, o interventor federal Agamenon Magalhães, alinhado às diretrizes do Estado Novo, nomeou Etelvino Lins para a Secretaria de Segurança Pública, que atuou ativamente na perseguição a grupos considerados "subversivos", incluindo comunistas, maçons, espíritas e praticantes de cultos afro-brasileiros.

A autora destaca que, a Igreja Católica, integrada ao projeto político do Estado Novo, desempenhou um papel significativo na repressão às práticas religiosas não católicas. Durante o Concílio Plenário Brasileiro de 1939, a Igreja emitiu o **Decreto 136**, que condenava o espiritismo como uma "seita pseudo-religiosa" e alertava sobre seus "efeitos perniciosos". O documento proibia os fiéis de participar de manifestações espíritas e desaconselhava o uso de remédios receitados por espíritos, reforçando a estigmatização do espiritismo como uma prática nociva à moral e à saúde mental.

Para compreender as diretrizes da Igreja Católica em relação ao espiritismo durante o período do Estado Novo, destacamos trechos do Decreto 136, apresentado por Vera Borges de Sá em sua tese de doutorado. A autora apresenta o documento como um marco na estratégia de recatolização do Brasil, evidenciando o posicionamento da Igreja contra as práticas espíritas:

I – Ímpio e condenável é aderir às seitas pseudo-religiosas que propugnam o espiritismo.

II – Embora não haja uma séria evocação dos espíritos que constitua o evocante réu de formal superstição, que deva ser punido à norma do can.2325, todavia a prática do espiritismo traz consigo péssimas consequências morais e por isso deve ser reprovada, e de tão grande perigo sejam afastados

III - Não é lícito, com ou sem intervenção de "médio" em nenhuma circunstância, assistir a falas e manifestações espíritas, embora pareçam honestas ou mesmo piedosas, sejam ouvindo respostas, seja olhando simplesmente, ainda que se proteste tácita ou explicitamente não querer ter absolutamente qualquer comunicação com os espíritos malignos.

IV - Os párocos e mais sacerdotes não se esqueçam de principalmente no ensino do catecismo e no tempo das missões instruir cuidadosa e frequentemente os fiéis, acerca da natureza e efeitos perniciosos do espiritismo.

V Contra os remédios com que os espíritos procuram ilaquear a boa fé da gente simples, estejam prevenidos os fiéis, os quais só Deus podem esperar todo bem. (Sá, 2006, p.327).

No Recife, segundo Sá, a repressão ao espiritismo intensificou-se em 1938, quando a Secretaria de Segurança Pública, sob o comando de Etelvino Lins, emitiu um edital exigindo que os dirigentes de centros espíritas se submetessem a exames psicológicos para obter autorização de funcionamento.

A autora, transcreve esse documento que demonstra o caráter estigmatizante da medida:

Diário Oficial do Estado nº 73 – Ano XV: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas. EDITAL nº 1:

De ordem do sr. Dr. Presidente desta Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas e em face do despacho exarado pelo exmo.sr.dr. Secretário de Estado de Segurança Pública, no ofício nº49, de 28 do corrente, do Serviço de Higiene Mental de Assistência a Psicopatas, estão os senhores responsáveis diretos pelo funcionamento de núcleos espíritas, convidados a, dentro de oito(8) dias, a contar desta data, comparecer àquele serviço a fim de submeter-se ao exame psicológico regulamentar, de cujo resultado depende a autorização de licenciamento dos mesmos. Findo o prazo acima referido, que não será prorrogado em hipótese alguma, este Departamento e a Delegacia de Investigações e Capturas procederão ao fechamento de todas as sedes e centros espíritas que se não encontrem legalmente habilitados a funcionar apreendendo todo o material que for encontrado nas mesmas. (Sá, 2001, p.330).

Segue argumentado a autora que, essa medida foi considerada ofensiva pelos espíritas, pois o documento tratava a prática mediúnica como um potencial distúrbio mental, resultando no fechamento de diversos centros, especialmente aqueles localizados nos subúrbios e frequentados por pessoas de baixa renda e de cor negra. Enquanto os centros espíritas das áreas nobres da cidade receberam maior tolerância, os dos subúrbios foram alvo de estigmatização e repressão policial.

O acirramento da perseguição aos centros espíritas, especialmente aqueles associados ao chamado "baixo espiritismo", foi amplamente noticiado na época. Conforme destacado na coluna "Centro Espírita" do Jornal Diário da Manhã (PE), disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em 21 de abril de 1938, p. 3:

A Secretaria da Segurança acaba de tomar uma iniciativa louvável com o fechamento de vários centros espíritas, que funcionavam na cidade e arrabaldes. Essa providência foi, aliás, adotada de acordo com a sugestão do serviço de assistência a psychopatas, que é, no caso, a palavra mais autorizada em que se poderia louvar a autoridade policial. A enumeração dos centros atingidos pela medida em apreço serve para mostrar a larga infiltração do espiritismo em toda a cidade e notadamente nos subúrbios, onde se achavam localizadas quase toda as sociedades espíritas. Só isso é um argumento bastante forte para justificar a iniciativa da Secretaria de Segurança (...).

Afirma Farias que, a resposta dos espíritas à repressão foi organizada e estratégica. Em 1938, foi fundada a Liga Espírita Suburbana, com o objetivo de defender os centros espíritas do subúrbio e diferenciar o espiritismo kardecista das práticas mediúnicas dos terreiros afro-brasileiros, então chamados de "baixo espiritismo". Conforme aponta Farias, a Liga buscou uniformizar as práticas espíritas nos subúrbios, destacando o caráter científico e filantrópico da doutrina espírita. Em 1939, após negociações com as autoridades, a Liga conseguiu a reabertura dos centros, mas sob a condição de pagamento de taxas de licenciamento e cumprimento de rigorosas normas regulatórias, como a limitação do número de sócios e a comprovação de atividades assistenciais.

Diante desse cenário, aponta Farias, emerge a figura de Antônio José Ferreira Lima, com sua palavra forte e convincente, atuou intensamente na divulgação do espiritismo. Ele presidiu importantes entidades, como a Cruzada Espírita Pernambucana, a Liga Espírita Pernambucana e a Federação Espírita do Estado. No entanto, sua maior contribuição foi na luta contra a perseguição à doutrina, especialmente na consolidação dos núcleos espíritas mais modestos perante as autoridades. De acordo com Souza (1988), durante o Estado Novo, os dirigentes de centros espíritas eram obrigados a se submeter a exames psicológicos ou psiquiátricos, baseados na teoria de que os espíritas eram doentes mentais. De acordo com o autor, essa fiscalização, no entanto, foi mais branda em relação aos centros localizados no centro de Recife, cujos dirigentes eram pessoas socialmente conceituadas e, em alguns casos, ocupavam cargos de destaque no governo. Já os centros menores, localizados na periferia, enfrentavam maiores dificuldades.

Como presidente da Liga, Ferreira Lima conseguiu, gradualmente, remover as exigências legais impostas aos centros espíritas, incluindo a taxa de licença de funcionamento, que era equiparada à cobrada das casas de diversão. Ele sensibilizou o secretário de segurança pública sobre a importância e a finalidade dos trabalhos realizados nas casas espíritas.

Essa repressão ao espiritismo no Recife durante os anos 1930, reflete a intersecção entre controle estatal, autoritarismo e influência católica. Enquanto o Estado Novo buscava centralizar o poder e eliminar qualquer forma de dissidência, a Igreja Católica reforçava sua hegemonia religiosa, marginalizando práticas como o espiritismo.

No entanto, essa repressão ao espiritismo no Recife nos anos 30, não pode ser

compreendida sem considerar o cenário político e intelectual marcado pelo Movimento de Restauração Católica que contou com a influência decisiva de letrados recifenses. Conforme analisado por Carlos André Moura em "*Fé, saber e poder: Os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930- 1937)*", publicado em 2012, muitos desses intelectuais, vinculados à Faculdade de Direito do Recife, desempenharam um papel central na difusão de ideais conservadores e autoritários, alinhados aos movimentos de direita que ganhavam força no período. Esses letrados, comprometidos com a restauração da ordem social cristã, não apenas influenciaram o pensamento local, mas também ocuparam cargos no governo, contribuindo diretamente para a formulação de políticas que reforçavam o controle social e religioso.

A Faculdade de Direito, enquanto espaço de formação de elites dirigentes, foi palco de debates que reforçaram o corporativismo e a defesa da manutenção de um modelo político que preservasse o "*status quo*" patriarcal e autoritário da sociedade brasileira. Afirma Moura que, esses intelectuais, comprometidos com as ideias católicas e a restauração da ordem social cristã, não apenas influenciaram o pensamento local, mas também ocuparam cargos no governo, contribuindo diretamente para a formulação e aprovação de projetos e leis que estruturaram o regime político do período.

Segundo Moura, a ascensão do Estado Novo, em novembro de 1937, após os movimentos oposicionistas ao governo de Getúlio Vargas, trouxe mudanças significativas no cenário político nacional. A instauração de um regime autoritário e conservador foi acompanhada de estratégias para legitimar o poder centralizado, como a nomeação de interventores alinhados a essas ideias. Afirma o autor, que em Pernambuco, Agamenon Magalhães, interventor entre 1937 e 1945, emergiu como uma figura proeminente nesse contexto. Sua trajetória como estudante e professor da Faculdade de Direito do Recife reforça a relevância dos "homens das letras" na política local. Agamenon, formou seu secretariado de jovens formados em direito e saídos da Congregação Mariana, como Arnóbio Tenório Vanderlei, José do Rego Maciel, Etelvino Lins de Albuquerque, Gercino Pontes, José Maria de Albuquerque, conforme destaca Moura. Além disso, segundo o autor, esses bacharéis, inseridos em redes de sociabilidade que incluíam periódicos, livrarias e instituições como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e a Academia Pernambucana de Letras (APL), desempenharam um papel crucial na disseminação de ideias conservadoras e na consolidação de discursos

recatolizadores.

Além de suas contribuições no campo político, esses intelectuais se destacaram pela afinidade com o mundo da escrita. Moura observa que, no Recife, muitos estudantes da Faculdade de Direito mantiveram uma relação próxima com o meio editorial, publicando artigos em jornais e revistas da época, o que proporcionava um canal direto para a difusão de seus ideais. As livrarias, como a Livraria Mozart, na Praça da Independência, serviam como espaços de sociabilidade e troca intelectual, enquanto os periódicos de direita se tornavam veículos de propagação de discursos conservadores entre a população.

Segundo Moura, entre os membros da APL, algumas vezes defendiam a restauração da monarquia, vista como um período de maior evolução política e social no Brasil, enquanto outros enfatizavam a importância da Igreja Católica como guardiã da ordem social cristã e das tradições nacionais. A sacralização da política tornou-se um dos pilares centrais dos discursos conservadores em Recife, guiando propostas de revitalização política com base no nacionalismo e na construção de uma ordem autoritária. Moura destaca ainda que, a atuação desses intelectuais tradicionalistas foi essencial para legitimar a politização do clero no Brasil e fortalecer a ideia de um Estado forte. Os discursos recatolizadores, amplamente difundidos entre os recifenses, influenciaram a formulação de um projeto político que articulava religião, intelectualidade e poder em busca de uma ordem conservadora e nacionalista.

Nesse contexto, destaca Moura, que as necessidades sociais do período estavam profundamente relacionadas à busca por estabilidade política, à preservação de estruturas patriarcais e ao fortalecimento das tradições católicas como elementos norteadores da sociedade. Moura evidencia como a elite católica do Recife, especialmente os membros da Faculdade de Direito e do movimento de Restauração Católica, promoveu um projeto político-religioso que buscava consolidar a ordem e os valores tradicionais, frequentemente utilizando discursos conservadores para justificar práticas autoritárias.

Esse mesmo modelo de dominação pode ser identificado na forma como os espíritas foram perseguidos e criminalizados, especialmente sob a acusação de "atentar contra a saúde pública". Essa acusação não apenas buscava deslegitimar o espiritismo como movimento religioso, mas também reforçar a centralidade da Igreja Católica no imaginário social e político da época.

Em Recife, jornais católicos denunciaram práticas espíritas como subversivas

ou associadas à superstição, criando um ambiente de hostilidade. No Arquivo Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife, encontramos os periódicos *A Gazeta* e *A Tribuna* que desempenharam um papel central na hostilização ao espiritismo, reforçando a narrativa conservadora da elite. O periódico católico *A Gazeta*, era editado e impresso pela principal paróquia de Recife, a Matriz da Boa Vista. Já o periódico *A Tribuna*, que pertencia à Arquidiocese de Olinda e Recife, era fiscalizado diretamente pelo próprio arcebispo, e tinha como finalidade reafirmar os valores católicos evidenciando a luta pela hegemonia discursiva e a centralidade da Igreja no seu projeto de controle social.

Em uma edição de *A Gazeta*, datada de 1º de novembro de 1931, p. 3, destaca-se o artigo intitulado "*Os Catholicos e o Espiritismo*". Este artigo apresenta argumentos contrários ao apoio dos católicos ao movimento espírita, enfatizando os motivos pelos quais, segundo a Igreja, os fiéis deveriam se abster de qualquer colaboração com os espíritas, conforme um trecho a seguir:

Os catholicos não devem frequentar as reuniões espíritas, nem ajudar, seja de que modo fôr, as associações ou grupos espíritas. Não devem ajudar nem mesmo as obras do espiritismo, ainda que essas obras sejam de caridade.

Esse trecho apresentado, retirado de *A Gazeta*, reflete a orientação oficial da Igreja Católica e expressa uma posição de rejeição total ao espiritismo, visto pela Igreja como incompatível com a fé católica. Esse posicionamento incluía até mesmo a orientação para que os fiéis não apoiassem iniciativas de caridade promovidas por grupos espíritas, por entender que tais ações poderiam legitimar e fortalecer a doutrina espírita. O artigo encerra-se com a seguinte observação:

Catholicos e não catholicos! Não vos deixei enganar pelos espíritas! São falsos profetas, ministros do próprio demônio, que querem perder vossas almas! Para isso vos attrahem com enganos, com artes diabólicas muitas vezes com falsas comunicações, com receitas e remédios. Para curar vossas moléstias, não deveis sacrificar as vossas almas! Não deveis atender aos seus chamados e convites! Não confieis em suas promessas enganadoras! Conservae-vos fieis ao vosso Deus, à Jesus Christo que por vós padeceu e morreu e à Vossa Igreja, para vós construída pelo próprio Jesus, para vos ensinar a verdade.

O artigo conclui reforçando a posição de combate ao espiritismo, uma linha editorial compartilhada por outros periódicos católicos da época. No periódico *A Tribuna*, de 17 de setembro de 1936, p. 4, por exemplo, também havia fortes críticas ao espiritismo, apresentando manchetes como *A Praga do Espiritismo*, *O Espiritismo*

é *Ôco*, *O Espiritismo é Prejudicial*, *O Espiritismo é Diabólico* e *o Espiritismo e suas doutrinas contrário a fé* que traz a seguinte informação condenando o espiritismo:

Toda a doutrina espiritista é contrária à religião católica, à divindade de Jesus Cristo, à crença em outra vida no inferno, na graça, nos sacramentos, no purgatório e em outros dogmas e é proibido pela Igreja não somente o ser espiritista, mas ainda assistir às suas reuniões ímpias, necromânticas e imorais, nem que seja por mera curiosidade.

Na edição do dia 23 de fevereiro de 1936, p. 3, do jornal *A Tribuna*, foi publicado um longo artigo do Padre Rohden com o título: *O Espiritismo é Inimigo de Cristo*. No artigo, o padre vai elencando várias nuances do espiritismo de maneira negativa. Em um desses trechos diz:

O cristianismo civilizou o mundo, moralizou o indivíduo, regenerou a sociedade – o espiritismo faz voltar à barbárie das antigas superstições pagãs, nem consta que tenha beneficiado qualquer pessoa ou país, a experiência mostra que o seu cortejo são males físicos e morais.

E segue ainda:

Jesus Cristo afirmou com juramento: “Eu sou o filho de Deus vivo” (Marc. 14,61, 62) e por esta verdade entregou-se à morte. O espiritismo nega a divindade de Cristo, diz que não passa dum médium que nos pregou mentiras e jurou falso.

Essas publicações não apenas reforçavam a postura oficial da Igreja Católica, mas também intensificavam o discurso contra a prática espírita, consolidando um ambiente de oposição e embate.

E conforme a Igreja intensificava suas críticas ao espiritismo, classificando-o como contrário à fé cristã, a "Cruzada Espírita Pernambucana" já mencionada nesse trabalho se destacou na promoção e difusão da doutrina no estado.

Um aspecto interessante desse contexto é o registro das atividades da Cruzada Espírita Pernambucana, no periódico *Diário da Manhã*, publicado em Recife. Embora o jornal não tenha desempenhado um papel de destaque na promoção da doutrina, trouxe notas que informavam sobre a programação das palestras e eventos promovidos pela Cruzada. Em uma dessas notas publicada em 30 de julho de 1930, p. 4, lê-se:

Na Cruzada Espírita Pernambucana realizará na próxima quinta-feira, às 19h30, uma conferência espírita subordinada ao thema: - **O Criminosos e a Pena à luz da Reincarnação** – o Dr. Octávio Coutinho. O presidente da Cruzada convida a quantos se interessam por taes ordens de estudos.

Tais registros não apenas informavam os horários das palestras, mas também indicavam os esforços do movimento espírita para atrair o público e fomentar debates sobre os princípios doutrinários.

Por outro lado, as tensões com a Igreja Católica também transparecem no periódico. Em uma publicação de 12 de novembro de 1932, p. 4, o Diário da Manhã destacou uma notícia vinda de Caruaru, críticas recebidas do clero local, contra o espiritismo. O periódico registrava os sermões católicos que denunciavam as práticas espíritas como "o maior fator de loucura" em decorrência de suas práticas e trazia a seguinte notícia:

Recebemos o n. 11 anno I, desse jornal de Caruaru, órgão do Circuito Catholico daquela cidade. Estampa, no alto da primeira página a seguinte manchete: "Mocidade Caruaruense! Ficae de atalaia contra o espiritismo, se prezaes o vosso júizo. Segundo as opiniões dos maiores psychiatras brasileiros, é o espiritismo o maior fator da loucura. Por hoje citamos apenas a afirmação do Dr. Ulysses Pernambucano, de que, em 1930, entraram para o hospício de alienados do Recife, 102 doentes por conta dessa peseuda sciencia".

Observa-se que a perseguição e as críticas sistemáticas da Igreja Católica ao espiritismo não apenas revelam uma tentativa de manutenção da sua autoridade religiosa e moral, mas também ressaltam a resistência do movimento espírita, que se consolidava como uma alternativa religiosa e social frente à igreja. A persistência do movimento espírita, apesar das tentativas de deslegitimação, demonstra a relevância da disputa por espaço no imaginário social e religioso, o que foi crucial para a construção das identidades espirituais e sociais da época.

4 O ESPIRITISMO E O ESTIGMA DA LOUCURA

O artigo de Emerson Giumbelli (1997), intitulado *Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais*, analisa como o espiritismo foi interpretado e classificado ao longo do tempo por diferentes setores da sociedade, especialmente por médicos e cientistas sociais. O autor demonstra que, no final do século XIX e início do século XX, o espiritismo foi alvo de múltiplas leituras, sendo ora considerado uma forma de heresia pela Igreja Católica, ora tratado como um fenômeno patológico pela psiquiatria, ora visto como uma ameaça social pelo sistema jurídico.

Giumbelli destaca que, dentro do campo médico, o espiritismo foi frequentemente associado a distúrbios mentais e ao fenômeno da sugestibilidade. Autores como Nina Rodrigues e Xavier de Oliveira, por exemplo, enquadraram o espiritismo no campo da patologia, argumentando que suas práticas poderiam induzir estados de histeria, delírios e outros transtornos psíquicos. Destaca o autor que o livro *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*, de Nina Rodrigues, é uma das principais obras do autor sobre as religiões afro-brasileiras. Nele, Nina Rodrigues analisa o candomblé e outras manifestações religiosas de matriz africana, classificando-as sob uma ótica racialista e patologizante.

Rosilene Farias complementa essa discussão ao abordar as críticas de Nina Rodrigues ao espiritismo. Apesar de não ter estudado detalhadamente os fenômenos mediúnicos nos centros espíritas, Rodrigues acreditava que esses fenômenos compartilhavam causas e mecanismos semelhantes aos identificados nos estados de transe nos terreiros de candomblé. Em um artigo sobre a loucura no Brasil, ele se refere ao que denominou “loucura espírita”, criticando os praticantes do espiritismo, especialmente os dirigentes dos centros, por estimularem fenômenos psicológicos que poderiam levar à loucura coletiva ou ao crime. Para Rodrigues, os transtornos mentais manifestavam-se de forma temporária durante o transe mediúnico, mas tinham o potencial de se tornarem permanentes, evoluindo para delírios e alucinações.

Já Xavier de Oliveira, segundo o Giumbelli, era vinculado ao Hospital Nacional de Alienados, e em sua obra *“Espiritismo e Loucura”*, publicada em 1931, apresenta estatísticas que classificam o espiritismo como a terceira principal causa de alienação mental, ficando atrás apenas da sífilis e do alcoolismo. Encontramos sua

obra digitalizada na Universidade da Flórida (*University of Florida*). Eis um trecho que destacamos:

Numa estatística de doze anos, de 1917 a 1928 por nós levantados no Pavilhão de Observações, registramos em 18.281 insanos entrados, 1.723 portadores de psychopathias provocadas, exclusivamente, pela pratica do espiritismo, em indivíduos meiopraticos do sistema nervoso. É dizer que, no correr desse tempo, o espiritismo concorreu, ali, com uma proporção de 9,4% no total de entradas. De onde se vê que, depois da syphilis e do álcool, é o espiritismo, nesta actualidade, o maior fator de alienação mental entre nós. (Oliveira, 1931, p. 20).

Essa análise reflete o discurso médico da época, que via certas práticas religiosas e espirituais como perigosas para indivíduos considerados predispostos a transtornos mentais, contribuindo para a patologização do espiritismo e sua criminalização em determinados contextos.

Além disso, conforme argumenta Giumbelli, o espiritismo foi alvo de investigações policiais e processos judiciais, sendo muitas vezes acusado de charlatanismo ou fraude. Essa criminalização estava relacionada ao temor de que a doutrina espírita pudesse exercer influência sobre grupos considerados vulneráveis, como mulheres, negros e pobres, contribuindo para a desordem social.

Chama atenção o fato de ao buscar informações sobre processos criminais envolvendo espíritas em Pernambuco durante esse período, não foram encontrados registros históricos nos arquivos do Memorial da Justiça de Pernambuco, no Arquivo Público do Estado, ou em qualquer outra instituição pertinente. O historiador responsável pelos arquivos da Federação Espírita de Pernambuco, informou que, provavelmente, esses documentos foram destruídos. Essa ausência de registros levanta questões sobre a visibilidade e a memória histórica do movimento espírita no estado.

4.1 A Patologização do Espiritismo em Pernambuco

Mas seguindo com entendimento de Giumbelli, ao aplicarmos essas reflexões ao contexto de Pernambuco nos anos 1930, observa-se que a patologização do espiritismo seguiu essa mesma lógica de controle social. Médicos da época, como o renomado psiquiatra Dr. Ulysses Pernambucano, destacavam-se nos debates sobre saúde mental, sustentando que o espiritismo poderia causar perturbações psíquicas

e deveria ser controlado. Essa percepção era reforçada por artigos publicados em periódicos da época, que frequentemente tratavam o espiritismo como um fator de risco para a saúde mental da população.

No dia 14 de novembro de 1930, o periódico *Diário da Manhã*, p. 7, publicou uma notícia intitulada “*O Espiritismo e os Loucos*”, que apresenta um ofício enviado pelo diretor do Departamento de Saúde e Assistência, Dr. Antônio Lima, ao chefe de polícia da cidade, Sr. Adolpho Cyriaco. O documento aborda a seguinte questão:

Estando o diretor do Departamento de Saúde e Assistência, absolutamente seguro, segundo informações do corpo clínico do Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, que um grande número de doentes mentais tem sua origem na prática do espiritismo, vem solicitar a v.s. medidas coercitivas e enérgicas no sentido de coibir semelhante abuso, cujo resultado tem sido elevar consideravelmente o número dos referidos doentes mentais, superlotando o Hospital da Tamarineira. Aproveito a oportunidade para apresentar-vos os meus protestos de elevada estima e consideração. Saúde e Fraternidade – Dr. A. Lima Diretor geral.

Na edição de 11 de agosto de 1931, p. 2, o *Diário de Pernambuco* publicou, na coluna intitulada “*Assistência à Psicopatia*”, uma notícia sobre uma conferência do padre Carlos Torrend a respeito do espiritismo. Na ocasião, o Dr. Ulysses Pernambucano destacou que o espiritismo era um dos problemas mais relevantes dentro do programa de higiene mental:

As nossas estatísticas provam que de ano a ano cresce o número dos que são internados no hospital de alienados em virtude de perturbações mentais consequentes a frequência as “sessões espíritas” espalhadas por todo estado.

Um aspecto relevante a ser destacado é a ausência de distinção entre o espiritismo kardecista, com sua base filosófica e científica, e as práticas populares conhecidas como “baixo espiritismo”, que frequentemente incorporavam elementos de religiosidade afro-brasileira, como umbanda e candomblé. Essa generalização era recorrente tanto nos discursos religiosos quanto nos registros médicos e jurídicos da época. O *Archivos da Assistência a Psychopathas de Pernambuco 1931 -1936*, documento que encontramos na Biblioteca Nacional, por exemplo, apresenta um artigo intitulado: “*Investigações sobre as Religiões no Recife – O Espiritismo*” de autoria de J. C. Cavalcanti Borges e Dinice C. Lima, que trata diretamente da prática espírita e suas possíveis implicações na saúde mental. O texto reflete a visão predominante da psiquiatria na época, que frequentemente associava o espiritismo a perturbações psíquicas e alienação mental, reforçando o estigma enfrentado pelos

adeptos da doutrina. Essa publicação, editada sob a direção do Dr. Ulysses Pernambucano, evidencia o esforço médico de enquadrar o espiritismo dentro do programa de higiene mental, como um fenômeno que deveria ser monitorado e controlado, conforme um dos trechos a seguir:

A prática daquilo que se convencionou chamar o “baixo espiritismo” ou simplesmente “espiritismo” se alastrou tantos nas camadas da população que já constitui um problema policial e sanitário difícil de resolver. São em geral, indivíduos que fazem dessas práticas, inteiramente deturpadas, um rendoso meio de vida, os responsáveis pelos “centros” que se encontram em todos os bairros da cidade, principalmente nos habitados pela população pobre. Em quase todos os fenômenos mediúnicos explorados são tão conhecidos da auto- sugestão com libertação do automatismo sub-consciente, acompanhados, quase sempre, de manifestações caracteristicamente pituiticas. (Cavalcanti Borges; Lima, 1931, p. 138).

Essa abordagem reforçava o estigma social e contribuía para a criminalização de práticas mediúnicas, independentemente de sua orientação doutrinária.

Ao não reconhecer a diversidade existente dentro do campo espírita, o discurso médico legitimava o controle social sobre essas práticas, considerando-as uma ameaça tanto à saúde mental quanto à ordem pública.

O artigo destaca ainda que o espiritismo local não seria "puro", estando fortemente marcado pela "religião superior dominante", o catolicismo, o que, segundo ele, dificultaria sua autonomia enquanto doutrina independente, conforme observamos no seguinte trecho extraído do artigo:

O “espiritismo” que conseguimos observar está à influência da religião superior dominante no meio – o catolicismo. O mesmo fato foi observado por Nina Rodrigues quando estudou as religiões dos negros da Baía. O próprio fetichismo africano praticado também por muitos indivíduos que se dizem “espíritas” se insinua nas práticas observadas (...) Praticamente, podemos afirmar não haver em Pernambuco o puro espiritismo religião, sem a influência manifesta do catolicismo. Somente dois núcleos espíritas em Recife promovem pregações em que é desdobrado o evangelho próprio, mais os fiéis não conseguem livrar-se das sugestões católicas. (Cavalcanti Borges; Lima, 1931, p. 139).

Tal visão, compartilhada por instituições religiosas e médicas, tornava ainda mais desafiadora a consolidação do espiritismo kardecista como movimento doutrinário respeitado. Essa confusão entre diferentes expressões religiosas e culturais foi particularmente prejudicial ao espiritismo criado por Kardec, que buscava, por meio de sua codificação filosófica, se distanciar de práticas sincretizadas que não faziam parte de seus princípios originais.

4.2 A Composição Religiosa em Pernambuco

Ao pesquisarmos nos Arquivos da Arquidiocese de Olinda e Recife, encontramos no jornal católico *A Gazeta*, de 1933, órgão da paróquia da Boa Vista, uma notícia intitulada “*O recenseamento da Boa Vista do ano de 1933*”. O levantamento refere-se à composição religiosa dos habitantes desse bairro. Das religiões informadas, destacamos: Católica, Protestantes e Espíritas. Os dados destacados revelam que, naquele ano, a maioria da população se identificava como católica, totalizando 12.005 pessoas. Em contraste, os protestantes somavam 490 indivíduos, enquanto os espíritas representavam um grupo menor, com 352 adeptos. O mesmo jornal também divulgou informações sobre o bairro da Ilha do Leite, onde os católicos eram 2.159, os protestantes 244 e os espíritas 86. Esses números evidenciam a predominância do catolicismo nesses bairros recifenses na década de 1930, enquanto o espiritismo e o protestantismo, embora presentes, ainda se configuravam como expressões religiosas minoritárias.

Atualmente, o crescimento do espiritismo pode ser observado pela quantidade de centros espíritas existentes no estado. De acordo com a Federação Espírita Pernambucana (FEP), há um total de 230 centros espíritas cadastrados apenas na Região Metropolitana do Recife, incluindo seus endereços e áreas de atuação.

Os últimos dados censitários disponíveis são do Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naquele ano, Pernambuco registrava 5.801.397 pessoas que se declaravam católicas apostólicas romanas, 1.788.973 protestantes e 123.798 espíritas. Embora esses números não reflitam a realidade atual, eles permitem uma análise comparativa da evolução religiosa no estado.

Quanto aos dados censitários mais recentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não divulgou os resultados detalhados do Censo Demográfico de 2022 no que se refere à distribuição religiosa em Pernambuco. Até o momento, apenas os resultados preliminares da população total foram publicados, sem especificações sobre crenças religiosas. Dessa forma, a última referência disponível permanece sendo o Censo de 2010, cujas informações, embora desatualizadas, podem oferecer um parâmetro comparativo para a análise da evolução religiosa no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreender a trajetória do Espiritismo em Pernambuco, desde seu surgimento até os desafios enfrentados ao longo das primeiras décadas do século XX. Observou-se que o Espiritismo, ao chegar ao estado, encontrou um cenário marcado pela hegemonia católica e por um Estado que, especialmente durante o Estado Novo, utilizou a religião como instrumento de controle social. A resistência da Igreja Católica ao Espiritismo foi significativa, visto que a nova doutrina representava uma ameaça à sua autoridade espiritual e social. A repressão promovida pelo Estado nos anos 1930, aliada ao discurso médico que patologizava as práticas espíritas, evidenciou os desafios impostos à consolidação do movimento espírita na sociedade pernambucana.

A análise dos periódicos da época, como o *Diário de Pernambuco*, *A Gazeta*, *A Tribuna*, *A Província* e *Diário da Manhã*, demonstrou como o discurso católico buscava deslegitimar o Espiritismo, associando-o a perturbações psíquicas e ao afastamento da fé cristã tradicional. A patologização do Espiritismo, sustentada por setores médicos da época, reforçou essa narrativa, contribuindo para a repressão estatal e para o fechamento de centros espíritas. Essa estratégia de controle social, que unia Igreja e Estado, revela como a religião foi utilizada como mecanismo de manutenção do poder e de marginalização de práticas religiosas dissidentes.

Ao longo desta pesquisa, é imprescindível destacar as contribuições de Rosilene Gomes Farias e Vera Borges Sá, seus trabalhos acadêmicos foram essenciais para a compreensão do Movimento Espírita em Pernambuco, oferecendo análises detalhadas sobre os aspectos históricos, sociais e culturais do movimento espírita no estado.

Os dados levantados sobre a composição religiosa da população pernambucana na década de 1930 evidenciam a predominância do catolicismo e a posição minoritária do Espiritismo e do protestantismo. No entanto, ao comparar esses números com os dados mais atualizados, observa-se um crescimento expressivo do Espiritismo no estado. A quantidade de centros espíritas cadastrados e o aumento do número de adeptos, conforme os censos demográficos, demonstram que, apesar das adversidades, o Espiritismo se consolidou como uma força religiosa e cultural em Pernambuco.

Este estudo contribui para a ampliação do conhecimento sobre a relação entre Espiritismo, Igreja e Estado, ressaltando como a repressão e os desafios enfrentados pela doutrina não impediram seu crescimento e fortalecimento ao longo do tempo. Além disso, a pesquisa oferece uma análise detalhada de como o Espiritismo se adaptou ao contexto local, incorporando elementos das tradições religiosas afro-brasileiras, ao mesmo tempo em que buscava manter sua identidade kardecista. Espera-se que novas pesquisas possam aprofundar a análise sobre a trajetória do Espiritismo em Pernambuco e no Brasil, explorando diferentes perspectivas, como a relação entre Espiritismo e gênero, raça e classe social, além de investigar fontes documentais ainda pouco exploradas, como processos judiciais e registros policiais.

Assim, o Espiritismo se reafirma não apenas como um fenômeno religioso, mas também como um agente de transformação social e cultural, cuja influência continua a se expandir nos dias atuais. A capacidade do movimento de resistir à repressão e de se adaptar ao contexto local demonstra sua relevância como uma expressão religiosa dinâmica e plural, que desafia as estruturas hegemônicas e contribui para a diversidade espiritual do Brasil.

REFERÊNCIAS

A CRUZ. Biblioteca Nacional, 28 jul. 1881. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1J4sFM5Uhn8iRwc6OvoUYtDwN6AkmxiRV/view>>. Acesso em: 3 out. 2024.

A GAZETA. Recife: Arquivo Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1931. Disponível no acervo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Consulta realizada em 22 de fev. 2024.

A PROVINCIA: órgão do partido liberal. Recife: Typographia do Commercio, 1872-1933. Formato tabloide. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&Pesq=espiritismo&pagfis=18739>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ARAÚJO, Vicente Férrer. **Seitas Protestantes em Pernambuco**: Subsídios Históricos. 2. ed. Pernambuco: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1906. Disponível em: <<https://archive.org/details/seitasprotestan01araugoog/page/n52/mode/2up>>. Acesso em: 3 dez. 2024.

ARISTÓTELES. **De anima**: livros I-III (trechos). Tradução de Lucas Angioni. Texto didático. Campinas: Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, n. 38, set. 1999. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1518>>. Acesso em: 30 set. 2024.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientador: Antônio Flávio de Oliveira Pierucci. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05012009-171347/publico/CELIA_DA_GRACA_ARRIBAS.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade**: um projeto restaurador. Coleção História do Pensamento Católico no Brasil – V. São Paulo: Paulus, 1994.

A TRIBUNA. Recife: Arquivo Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1936. Disponível no acervo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Consulta realizada em 22 de fev. 2024.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 25 mar. 1824. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 3 out. 2024.

CAVALCANTI BORGES, J. C.; LIMA, Dinice C. Investigações sobre as Religiões no Recife – O Espiritismo. In: **O Archivos da Assistência a Psychopathas de Pernambuco (1931-1936)**. Recife, p. 138. Disponível na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Paulus, 1996.

DIÁRIO DA MANHÃ. 14 nov. 1930. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&pesq=ESPIRITISMO&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2918>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DIÁRIO DA MANHÃ. 12 nov. 1932. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093262_02/8651>. Acesso em: 29 ago. 2024.

DIÁRIO DA MANHÃ. 21 abr. 1938. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093262_02/32700>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 2 jul. 1853. Universidade da Flórida. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03209/zoom/1>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 14 jul. 1853. Universidade da Flórida. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03219/images/1>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 4 mar. 1875. Universidade da Flórida. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/16269/zoom/10>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 15 maio 1900. Universidade da Flórida. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/03200/zoom/1>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

DOYLE, Arthur Conan. **História do Espiritismo**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Prefácio de J. Herculano Pires. 2. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 2023.

FARIAS, Rosilene Gomes. **Dom da cura: rastros de “curandeirismos” no Recife republicano (décadas de 1930-1940)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE PERNAMBUCO. Lista de Centros Espíritas em Pernambuco. 2024. Disponível em: <<https://federacaoespiritape.org/centros-espiritas-localizacao/>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

FRANCO, AHB. **A imortalidade da alma em Platão**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 12, pág. e298101220258, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20258. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20258>. Acesso em: 30 set. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIUMBELLI, Emerson Alessandro. **O Cuidado dos Mortos: os Discursos e Intervenções sobre o "Espiritismo" e a Trajetória da "Federação Espírita Brasileira (1890-1950)**. 1995. 240 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 31–82, 1997. DOI: 10.1590/S0034-77011997000200002. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ra/article/view/27053>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GONDIN, Elnora; RAPOSO PEREIRA, Maria das Graças Moita; TENDAY CHINGORE, Tiago. Kant: os sonhos de um visionário e o mundo dos espíritos. **Cuadernos de Filosofía Latinoamericana**, v. 45, n. 130, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/aeFerraz/Downloads/Dialnet-Kant-9446791>.pdf Acesso em: 11 fev.2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PAJEÚ. **Manoel Arão de Oliveira Campos: o homem de letras**. Disponível em: <<https://ihgpajeu.com.br/manoel-arao-de-oliveira-campos-o-homem-de-letras/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pesquisa/23/22107>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ISAIA, Artur Cesar. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 26, p. 599-622, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução e prefácio: Afonso Bertagnoli. Digitalização da edição em papel da Edições e Publicações Brasil Editora S.A., São Paulo, 1959. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1788/mes/pratica.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2024.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**: Princípios da Doutrina Espírita. Tradução de Guillon Ribeiro. 93. ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O que é o Espiritismo**. Tradução de Salvador Gentile. Araras: IDE, 1995.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Médiuns**. Tradução de Guillon Ribeiro. 71. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003.

KARDEC, Allan. **Obras Póstumas**. Tradução de Guillon Ribeiro. 38. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Tradução de Guillon Ribeiro. 131. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005. p. 256.

KLEIN, Joel Thiago. A Resposta Kantiana à Pergunta: Que é Esclarecimento? *ethic@ – Revista Internacional de Filosofia da Moral*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 211-227, dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2009v8n2p211>>. Acesso em: 22 set. 2024.

LEME, Sebastião. **Carta Pastoral de 1916**. Olinda, 1916. Disponível em: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LIMA, Orion Ferreira. **Uma discussão do problema mente-corpo em Descartes e Espinosa, a partir da neurofilosofia de Antonio Damásio**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Junior. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f1f07c18-2440-4eb3-b3bb-68fd42547483/content>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MAIOR, Armando Souto. **Antes e Depois de Kardec**. Recife: Editora Doxa, 2006. 242 p.

MARINHO NETO, Djalma Aranha. **Argumentos sobre a imortalidade da alma no Fédon de Platão**. 2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Orientador: Prof. Dr. Markus Figueira. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16524/1/DjalmaAMN.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2024.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. **Dom Vital: A Questão Religiosa e a Crise Político-Institucional no Segundo Reinado**. 2020. 268 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno.

O ECHO D'ALEM-TUMULO: monitor d'o spiritismo no Brazil. BA: Typ. D'Diario da Bahia, 1869-. Bimestral. Diretor: Luiz Olympio Telles de Menezes. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706728>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. **João Calvino e Santo Agostinho sobre o Conhecimento de Deus e o Conhecimento de Si: Um Caso de Disjunção Teológico-Filosófica**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07102010-152728/publico/2010_FabianodeAlmeidaOliveira.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

PLATÃO. **Mênon**. Texto estabelecido e anotado por John Burnet; tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001. 117 p. (Bibliotheca Antiqua; 1). ISBN 85-15-02312-1. Disponível em: <<https://revistasofosunirio.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/04/menon-sem-a-parte-grega.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2024.

QUEIROZ, Eroflim João de. **(Re) Configuração do Espiritismo Kardecista no Recife e suas interfaces com a tradição católica e as religiões indígenas e afro-brasileiras.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

REVISTA ESPÍRITA. **Jornal de estudos psicológicos.** Ano 1868. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. Poesias traduzidas por Inaldo Lacerda Lima. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005. Ano 11. Dezembro de 1868. Nº 12. Item: Discurso de Abertura pelo senhor Allan Kardec: O Espiritismo é uma religião?, p. 490-491.

SÁ, Vera Borges de. **Religião e Poder:** introdução à história do espiritismo em Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões.** Tradução de J. Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2001.

SILVA, Fernanda Pereira Augusto da. **O Problema do pensamento no De Anima de Aristóteles.** 2016. Tese (Doutorado) – UFRN-UFPB-UFPE, João Pessoa, Paraíba, 2016. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DASOPD-6>. Acesso em: 22 set. 2024.

SOUZA, Paulo Francisco de. **História da Liga Espírita de Pernambuco e cronologia dos acontecimentos da história do espiritismo em Pernambuco.** Recife: Editora Cepe, 1988.

VIEIRA DE MELO, Ubirajara. **A fé e a razão como constitutivas da interioridade metafísica nos Solilóquios de Agostinho de Hipona.** 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

WANTUIL, Zêus; THIESEN, Francisco. **Allan Kardec: Pesquisa Biobibliográfica e Ensaio de Interpretação.** Vol. II. 1. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1980.

WANTUIL, Zêus. **As mesas girantes e o espiritismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2007. Disponível em: [https://files.comunidades.net/portaldoespirito/As_Mesas_Girantes_e_o_Espiritismo_\(1958\).pdf](https://files.comunidades.net/portaldoespirito/As_Mesas_Girantes_e_o_Espiritismo_(1958).pdf). Acesso em: 25 ago. 2024.